

**Participação Política das Mulheres em Cabo Verde:
Estudo de caso das eleições legislativas de 2016**

Élida Patrícia Semedo Silva

Dissertação submetida como requisito parcial para obtenção do grau de
Mestre em Estudos Internacionais

Orientadora:

Prof. Doutora Ana Lúcia Sá, Professora Auxiliar Convidada – ISCTE-Instituto
Universitário de Lisboa

Coorientadora:

Prof. Doutora Edalina Sanches, Professora Auxiliar Convidada – ISCTE-Instituto
Universitário de Lisboa

ISCTE-IUL

2017

Resumo

Esta dissertação analisa a participação das mulheres na política em Cabo Verde, atendendo às dificuldades e aos entraves à sua participação, tendo como estudo de caso as eleições legislativas de 20 de março de 2016. O seu objetivo passa por identificar os cargos e a relevância dos cargos ocupados por mulheres a nível parlamentar; descrever a visão da elite política e da sociedade civil face à participação das mulheres; identificar as medidas de promoção da participação das mulheres em Cabo Verde; explicar os obstáculos e entraves à participação das mulheres, tendo como foco principal estas eleições, onde, pela primeira vez, uma mulher, Janira Hopffer Almada, candidatou-se ao cargo de Primeira-Ministra, fazendo com que este seja um momento único para analisar a questão da participação política das mulheres.

Desde a abertura política, em 1991, tem havido eleições regulares livres e multipartidárias em Cabo Verde, e uma progressiva expansão das liberdades políticas e direitos cívicos, passando assim o país a ser apontado como uma democracia exemplar em África. Também tem havido mulheres deputadas no parlamento e, até às eleições autárquicas de 2012, mulheres à frente de Câmaras Municipais. Mas, ainda assim, as mulheres não estiveram/estão em lugares mais relevantes de maior visibilidade política, como a presidência do país ou a liderança de partidos políticos. Em 2015 Janira Hopffer Almada tornou-se primeira mulher a alcançar a posição de presidente de um partido em Cabo Verde - o Partido Africano da Independência de Cabo Verde (PAICV). Foi ainda apresentada como a candidata do partido às eleições legislativas de 2016. Esta conjuntura, faz com que seja relevante analisar a participação política das mulheres em Cabo Verde.

Assim, esta dissertação tem como objetivos descrever a participação política de mulheres no país, identificar as medidas que têm sido adotadas para a promoção dessa participação e explicar os obstáculos enfrentados pelas mulheres que tentam ascender aos altos cargos políticos.

Resultado de um estudo de caso e representando o trabalho final para conclusão do Mestrado em Estudos Internacionais, recorreu-se aos métodos de investigações quantitativos e qualitativos, envolvendo entrevistas, observação não participante e recolha de dados estatísticos.

Palavras-chave: Democracia; Participação Política das Mulheres; Cabo Verde; Eleições Legislativas 2016.

Índice

Resumo.....	i
Índice.....	ii
Agradecimentos.....	iii
Siglas.....	iv
Introdução.....	1
Metodologia.....	5
Participação política das mulheres em África.....	7
Processo de Transição Democrática.....	10
Participação política em Cabo Verde: padrões evolutivos e visões dos atores políticos.....	14
Participação política em Cabo Verde: padrões evolutivos.....	14
Papel da sociedade civil.....	18
A Participação Política das mulheres em Cabo-Verde – Eleições legislativas de 2016.....	22
Eleições legislativas de 2016 – Análise dos dados.....	22
Mulheres no parlamento cabo-verdiano.....	26
A sub-representação das mulheres cabo-verdianas nos órgãos de decisão política.....	28
Promoção e Integração das mulheres na política.....	36
Conclusão.....	40
Referências.....	43
Anexo.....	47

Agradecimentos

Agradecimento especial às minhas orientadoras, Doutora Ana Lúcia Sá e Doutora Edalina Sanches, por me orientarem e estarem sempre disponíveis para as minhas dúvidas, pela atenção, amabilidade e apoio que me deram ao longo deste projeto e incentivo para nunca sentir vontade de desistir.

Aos entrevistados, Dra. Janira Hopffer Almada, Dra. Graça Sanches, Dra. Vanilda Furtado, Dra. Filomena Delgado, Dra. Joanilda Alves, Dra. Lúcia Passos, Dra. Vera Almeida, Dra. Anilda Tavares, Dr. Austelino Correia, Dr. Milton Paiva, Dr. Francisco Graça, Dra. Paula Moeda, Dra. Dália Benholiel, Dra. Vicenta Fernandes, agradeço a disponibilidade e a partilha de contactos e dados.

Aos que me puseram em contacto com os atores políticos, quando desconhecia, Daniel David Soares e Antonieta Cunha. À Fátima Fernandes pelo apoio durante o meu trabalho de terreno.

Um agradecimento especial aos meus pais, Victor Silva e Elisabete Silva, pela oportunidade e pelo apoio que sempre forneceram. Aos meus irmãos e à minha sobrinha, pelo ânimo e todo o apoio que me deram, aliviando a tensão.

Siglas

ANP – Assembleia Nacional Popular

CECV – Código Eleitoral de Cabo Verde

CEDAW – *Convention on the Elimination of All Forms of Discrimination against Women*

– Convenção para a Eliminação de todas as Formas de Discriminação Contra as Mulheres

CNE – Comissão Nacional das Eleições

CR – Constituição da República

ICIEG – Instituto Cabo-Verdiano para a Integração e Equidade do Género

INE – Instituto Nacional de Estatísticas

IPU – Inter-Parliamentary Union

MpD – Movimento para a Democracia

ODM – Objetivos de Desenvolvimento do Milénio

OMCV – Organização das Mulheres de Cabo Verde

ONU Mulheres – Organização das Nações Unidas Mulheres

ONU Mulheres CV – Organização das Nações Unidas Mulheres em Cabo Verde

PAICV – Partido Africano da Independência de Cabo Verde

PAIGC – Partido para a Independência de Cabo Verde e Guiné-Bissau

PSD – Partido Social Democrata

PTS – Partido do Trabalho e Solidariedade

RMPCV – Rede de Mulheres Parlamentares de Cabo Verde

RLBCV – Rede Laço Branco Cabo Verde

RP – Representação Proporcional

UCID – União Cabo-Verdiana Independente e Democrática

Introdução

A participação feminina na esfera política tem sido objeto de análise por parte de vários autores (Burnet, 2008; Goetz, 2016) e tem em conta, de forma especial, as transformações políticas e o aumento da participação das mulheres na política, bem como as lutas pelo empoderamento das mulheres no campo político e pela igualdade de oportunidade. Cabo Verde não é uma exceção e os estudos desenvolvidos por Monteiro (2009) e (Costa, 2011), só para citar alguns exemplos – são ilustrativos disso.

Existem várias definições de representação política (Pitkin 1967). No entanto duas têm merecido mais destaque na ciência política: a representação descritiva e a representação substantiva. A primeira centra-se na dimensão quantitativa e observa em que medida as mulheres estão representadas em órgãos políticos. Nesta definição depreende-se que a presença de mulheres no parlamento, por exemplo, é uma forma de garantir que os seus interesses são representados. Ou seja, o principal interesse é estar representado. A representação substantiva, por sua vez, tem um conteúdo mais qualitativo, e preocupa-se com os efeitos da representação. Representar significa agir objetivamente no interesse dos representados, considerando-se que as mulheres políticas representarão melhor os interesses das outras mulheres (Coffé, 2012; Wangnerud, 2009). A representação substantiva, ao contrário da descritiva, permite ao representante uma certa liberdade de agir (*acting for*), além de representar (*standing for*) (Pitkin 1967).

Apesar do aumento da percentagem de mulheres nos cargos políticos em Cabo Verde, estas continuam a não conseguir representação nos cargos de mais relevantes. Neste estudo, considero ambas as representações, pois, para além da dimensão quantitativa, é necessário abordar a dimensão qualitativa, porque a representação de um grupo não passa apenas pelo número, mas também pela liberdade de ação em prol dos interesses dos representados.

Dados recentes, demonstram que alguns países africanos têm ocupado lugares de grande destaque em termos de participação de mulheres no parlamento, estando Ruanda atualmente a ocupar a primeira posição, com 61,3%, partilhando o top 20 com Senegal, Namíbia, África do Sul, Moçambique e Angola. Cabo Verde tem sido destacado como um dos exemplos de democracia, mas, nestes indicadores, destaca-se menos, ocupando a 77^a posição, com apenas 23,6%. Ao mesmo tempo que existem esses países africanos com grande percentagem de representatividade de mulheres no parlamento, há outros que se encontram em situações parecidas com a de Cabo Verde (Somália, 24.4%; Guiné

Equatorial, 24%; Eritreia, 22%) e aqueles com baixa percentagem de representatividade (Nigéria, 5.6%; Swazilândia, 6.2%) (Inter-Parliamentary Union, 2017).

O novo mapa apresentado pela Organização das Nações Unidas Mulheres (ONU Mulheres) e Inter-Parliamentary Union (IPU) 2017 mostra que a representação de mulheres na política estagnou nos últimos anos. Os progressos na representação das mulheres tanto a nível executivo como parlamentar têm ocorrido de forma lenta, diminuindo o número de países com mulheres chefe de Estado ou de Governo de 19 para 17 de 2015 para 2017. A média global de mulheres nos parlamentos nacionais aumentou de 22,6 em 2015 para 23,3% em 2016, onde no universo de 72 deputados apenas 17 lugares são ocupados por mulheres¹.

Apesar das fragilidades de ser um país insular, sem grandes recursos naturais, Cabo Verde mostrou-se capaz de se autogovernar e conseguir ser um Estado democrático, passando a ser referenciado como um caso de sucesso democrático em África (Baker, 2006; Meyns, 2002). Após a conquista da independência em 1975, foi instalado um regime de partido único liderado pelo PAIGC/PAICV² e foram precisos 15 anos para que se iniciassem reformas de liberalização conducentes à democracia. Com o multipartidarismo e eleições livres deu-se a oportunidade para que os cabo-verdianos se envolvessem nos processos eleitorais e passassem a escolher livremente quem queriam que os governasse, começarem a ter voz nas decisões que lhes dizem respeito e que afetam todos os cidadãos, ajudando, assim, o país na sua caminhada democrática, que tem persistido até hoje.

O país tem conseguido manter-se forte como um Estado democrático, preenchendo todos os requisitos que, segundo Huntington (1991), caracterizam um país democrático: governo responsável perante o parlamento e os cidadãos, deliberações racionais e informadas, igualdade de participação e um controlo eficiente da política por parte dos cidadãos. Com vista a aprofundar a democracia, tem havido algumas pressões internas e externas, vindo tanto da Rede Parlamentar de Mulheres Cabo-verdianas (RPMCV), Instituto Cabo-Verdiano para a Integração e Equidade de Género (ICIEG), Organização das Nações Unidas (ONU), para a participação igualitária de todos os cidadãos, sem exclusão racial ou de género. Mas, apesar de não haver exclusão com base

¹ Dados retirados de: *Inter-Parliamentary Union (IPU) 2017, "Women in national parliaments", situation as of 1st March 2017* visitado no dia 17 de novembro de 2016, disponível em <http://www.un.org/africarenewal/magazine/april-2015/celebratory-rise-women%E2%80%99s-political-participation>

² Após o Golpe de Estado de 1980 na Guiné Bissau há uma cisão no Partido Africano da Independência da Guiné e Cabo Verde (PAIGC) e a subsequente fundação da ala Cabo-verdiana do partido: PAICV.

no género a igualdade de oportunidades e a participação das mulheres na esfera política carecem de maior incremento, o que não se tem revelado fácil de todo, uma vez que a participação das mulheres no parlamento ainda ronda os 23%.

Temos de ter em conta que se trata de uma democracia jovem, mas, ainda assim, nota-se que a evolução da participação feminina no país tem sido bastante lenta e que os entraves à essa participação ainda são bastantes, sendo a forma como é feita a divisão do trabalho apontado por muitos estudos como estando ainda na base da sub-representação das mulheres (Shvedova, 2005; Monteiro, 2009). A mulher cabo-verdiana continua a estar muito associada aos afazeres domésticos, à educação dos filhos, o que acaba por consumir parte do seu tempo, restando pouco tempo para a participação política. Não sendo esse o problema, há também a pouca aceitação por parte da própria sociedade, que não vê positivamente uma mulher estar muito tempo fora de casa, em horários noturnos às vezes, a participar em comícios, quando devia estar em casa a zelar pela educação dos filhos. As razões para a sub-representação das mulheres na política são variadas, como têm vindo a ser apresentada por vários atores, não só no contexto cabo-verdiano, “mulheres ao redor do mundo a todos os níveis sociopolíticos encontram-se sub-representadas no parlamento e afastadas a nível de tomada de decisão” Shvedova (2005:33)³, mas para Geisler (2014: 570) “as obstruções e falta de apoio por parte das mulheres é mais devastador e frustrante”.

Arcádio Lopes (2014) apontou o abandono escolar aliado à alta taxa de gravidez precoce como as principais causas para essa sub-representação política, que tem sido uma realidade bastante comum entre as mulheres cabo-verdianas. Nadezhda Shvedova (2005) aponta as falhas nas estruturas como sendo as principais causas, particularizando a prevalência do ‘modelo masculino’ da vida política e do corpo governamental eleito, a falta do apoio dos partidos, o apoio financeiro limitado para a candidatura das mulheres ou o acesso limitado ao *network* político e normas e qualificações mais rigorosas aplicadas às mulheres, entre outras causas que serão mais adiante apresentadas.

A participação da mulher na política tem sido muito explorada nos últimos anos e vários têm sido os estudos a tratar deste tema em Cabo Verde (Monteiro, 2009; Costa, 2011; Lopes, 2013). Estes estudos demonstram a evolução das mulheres na política desde o poder executivo, legislativo e autárquico, aprofundando as causas da sub-representação das mulheres, as medidas de discriminação positiva e os seus prós e contras. Esta

³ Tradução livre.

investigação insere-se nesta linha de pesquisa, mas apresentando dados novos ao centrar-se nas eleições legislativas de 2016. Estas eleições tornam-se marcantes e vêm trazer contribuições para a temática da participação política das mulheres, porque, pela primeira vez na história de Cabo Verde, houve uma candidata a Primeira-Ministra. A análise destas eleições mostra-se importante, fazendo-nos questionar as condições que levaram a essa candidatura e se esta se apresenta como um momento de rutura.

Janira Hopffer Almada é primeira mulher líder partidária em Cabo Verde, do Partido Africano da Independência de Cabo Verde (PAICV), fazendo com que estas eleições fiquem na história política do país. Esta candidatura pode indicar que há uma maior consciência de participação política. Essa mudança de consciência é também visível na luta que as mulheres parlamentares, juntamente com a sociedade civil cabo-verdiana e a Organização das Nações Unidas Mulheres em Cabo Verde (ONU Mulheres CV), estão a travar para conseguir implementar em Cabo Verde a Lei da Paridade, para garantir 50% de participação das mulheres, chegando mais rapidamente à paridade no parlamento. Esta luta para a igualdade de género na política, aliada à candidatura de Janira Hopffer Almada influenciaram em grande medida o estudo aqui apresentado.

Esta dissertação encontra-se dividida em quatro capítulos: um primeiro, voltado para a participação política das mulheres em África. O segundo, dedicado ao processo de transição democrático de Cabo Verde, explorando as condições que permitiram que hoje houvesse democracia e, conseqüentemente, participação política das mulheres em Cabo Verde. No terceiro capítulo serão analisados os padrões evolutivos da participação das mulheres na política no país. Por fim, o quarto capítulo centra-se inteiramente no estudo de caso sobre a participação política das mulheres nas eleições legislativas de 2016, encontrando-se dividido em 4 subcapítulos (eleições legislativas de 2016, mulheres no parlamento cabo-verdiano, sub-representação das mulheres nos órgãos de decisão política e promoção e integração das mulheres na política).

Metodologia

Este estudo centra-se analisa a participação das mulheres na política em Cabo Verde, no contexto das eleições legislativas de 2016. Houve a necessidade de se recolherem dados relativos a estas eleições, análise dos mesmos e à pesquisa de terreno com auxílio de entrevistas e observação não participante. A metodologia utilizada implicou a combinação de técnicas quantitativas e qualitativas.

Recorri às técnicas quantitativas no sentido de recolher e tratar dos dados das eleições legislativas de 2016, retirados da página oficial da Assembleia Nacional de Cabo Verde sobre os resultados das eleições e a composição do Parlamento. Estes dados permitiram-se explorar os padrões gerais da participação das mulheres e mostrar a evolução dessa participação ao longo dos anos.

Relativamente às técnicas qualitativas, estas possibilitaram uma mais profunda e concreta análise e entendimento do tema em questão. Inicialmente, estava planeado, dentro das várias técnicas oferecidas pela técnica qualitativa, recorrer apenas à análise documental e às entrevistas semiestruturadas, mas estando no terreno surgiu a oportunidade de realizar também uma observação não participante, a partir da qual foi possível recolher aprofundar e debater o tema. O trabalho de campo em Cabo Verde decorreu em janeiro e fevereiro de 2017.

Foram realizadas entrevistas à candidata às Legislativas de 2016 do PAICV, Janira Hopffer Almada, a 13 deputados e ex-deputados do Movimento para a Democracia (MpD) e do PAICV, dos quais 3 são homens e 10 são mulheres, e a 3 membros de organizações da Sociedade Civil que têm promovido a participação de mulheres: a ICIEG, RLBCV (Rede Laço Branco Cabo Verde) e a RMPCV – sendo que um deles é deputado em função e outra já foi deputada). No caso destas organizações, as entrevistas visaram compreender a sua posição relativamente à participação de mulheres no meio político e à candidatura da líder do PAICV. A minha amostra (ver anexo 1) centrou-se na elite política de Cabo Verde, atuais e antigos deputados e membros da sociedade civil. Os entrevistados são maioritariamente do sexo feminino e os atuais e antigos deputados pertencem aos dois grandes partidos, MpD e PAICV. Ao entrevistar mulheres deputadas estava interessada em perceber de forma têm procurado fazer avançar a agenda de interesses das mulheres. Para além disso era importante ouvir representantes das organizações da sociedade civil e os deputados homens. Os primeiros porque as organizações selecionadas são importantes na promoção da integração das mulheres na política, estando a trabalhar em

conjunto com as mulheres parlamentares para o aumento o número de mulheres na política e os segundos porque mostrou-se necessário haver o “outro lado da história”, apesar de não ter podido contar com mais entrevistas dos homens⁴.

Quanto aos dados recolhidos sobre os resultados das eleições e dos estatutos dos partidos, essas informações foram conseguidas através dos dados oficiais do Governo de Cabo Verde, encontradas em plataformas *online*, da página Reforma do Estado; Comissão Nacional de Eleições; página oficial do MpD; página oficial do Grupo Parlamentar do Partido pela Independência de Cabo Verde (GPPAICV); página oficial das Nações Unidas Cabo Verde; na Assembleia Nacional de Cabo Verde e página oficial do Governo de Cabo Verde. Alguns dos dados conseguidos foram fornecidos pelos entrevistados, que se disponibilizaram a contribuir com alguns documentos que tinham em sua posse.⁵

Recorrendo à revisão bibliográfica foi-me possível, não só ter conhecimento das literaturas já existentes, dos autores que já abordaram a temática da participação das mulheres em Cabo Verde (Monteiro, 2009, Camacho, 2010, Costa, 2011, Gomes, 2011, Lopes, 2013, Lopes, 2014), permitindo-me ter um maior conhecimento da participação das mulheres no país. Tomei como literatura principal e auxiliar o trabalho de Eurídice Furtado Monteiro (2009) que aborda a participação política das mulheres em Cabo Verde no Parlamento, no Governo e nas Autarquias Locais, fazendo algumas comparações entre as mulheres eleitas e as nomeadas e entre a participação das mulheres no poder local e no poder central.

⁴ Como se pode ver no anexo 6, houve tentativas para a obtenção de entrevistas com o sexo oposto, mas sem sucessos.

⁵ ICIEG “Por uma representatividade das Mulheres na Política, Eleições2016”, as listas de deputados do MpD, PAICV e UCID e documento com a evolução da participação das mulheres em Cabo Verde.

Participação política das mulheres em África

Desde o início dos processos de democratização em África, têm sido publicados vários estudos sobre a participação política das mulheres, conquistando a atenção e o interesse dos académicos (Bayart, 1989; Chazan, 2003; IDEA, 2005), que se têm debruçado sobre o aumento da participação das mulheres em alguns casos (como é o exemplo do Ruanda, onde as mulheres asseguraram cerca de 61% dos lugares no parlamento) e, em outros, sobre a fraca representação das mulheres (exemplo da Nigéria que conta com apenas 5,6% de mulheres no parlamento) e ainda os países que contam com menos de 25% de representação feminina.

Nos últimos anos, as mulheres têm vindo a tentar destruir os tectos que as mantêm separadas dos altos cargos executivos, como Primeiro-Ministro ou Presidente da República. Na América Latina aconteceram alguns casos em que as mulheres conseguiram derrubar o muro que as separava de cargos como os de Presidente da República. No Chile houve o caso de Michelle Bachelet, eleita em 2006; em 2010 no Brasil e Costa Rica Dilma Rouseff e Laura Chinchilla, respetivamente, foram eleitas para o mesmo cargo. Um ano depois, Cristina Kirchner foi reeleita para o seu segundo mandato como Presidente de Argentina. No contexto africano, a primeira mulher a ser eleita para a Presidência da República foi Ellen Johnson Sirleaf na Libéria, tendo sido reeleita em 2011 para o seu segundo mandato, e a segunda mulher a ser presidente foi Joyce Banda, no Malawi, em 2012, que sucedeu a Bingu Wa Mutharika depois da sua morte repentina.

Bauer (2009) mostrou que as organizações de mulheres foram fundamentais para a eleição de Ellen Johnson Sirleaf para a presidência, que, uma vez eleita, nomeou dezenas de mulheres como ministras e vice-ministras. Tripp et al. (2009) documentaram os papéis desempenhados pelos movimentos sociais em todo o continente no aumento do acesso das mulheres aos cargos políticos. Em Cabo Verde, as organizações de mulheres têm estado ativas na política, começando durante a luta pela independência e desde então, as mulheres têm continuado a sua participação na política através de organizações de mulheres como a Organização das Mulheres de Cabo Verde (OMCV), o ICIEG e a ONU Mulheres CV que, juntamente com as mulheres parlamentares, têm lutado para que até 2018 seja aprovado em Assembleia Nacional, a Lei da Paridade, para que haja uma maior representatividade das mulheres na política.

As mulheres também têm vindo a conquistar cada vez mais espaço entre os altos cargos executivos, como de ministro ou vice-primeiro-ministro. É o caso de Fowsiyó

Yusuf Haji Adan na Somália, Ministra dos Negócios Estrangeiros, passando assim a fazer parte da lista de mulheres que foram e são Ministras dos Negócios Estrangeiros no continente africano: NetumboNandi-Ndaitwa na Namíbia, Ngozi Okonjo-Iweala na Nigéria e Maite Nkoana-Mashabane na África do sul. É de realçar que as mulheres têm conseguido alcançar os ministérios que anteriormente eram mais suscetíveis de serem ocupados por homens, como negócios estrangeiros e finanças (Tripp et al., 2009: 140; Bauer 2011: 87). Cabo Verde, com o anterior governo do PAICV, conseguiu ter uma representatividade de 50% de mulheres no elenco governamental, mas nesta IX Legislatura, com início em 2016, este número sofreu quebra, passando para os 25%.

Bauer & Okpotor (2011) e Tripp et al. (2009) são exemplos de estudos sobre a presença das mulheres nos gabinetes ministeriais em África. Segundo Bauer & Okpotor (2011), até 1996 cerca de metade dos países africanos encontravam-se abaixo da média mundial de mulheres a ocuparem cargos nos gabinetes ministeriais (com uma média de 6.8% para 33.3% da média mundial), mas em 2010 a média de cerca de metade dos países africanos passou para 16.9% contra 53.3% da média mundial (IPU 2010). Russell e DeLancey (2002: 154) identificam dois períodos de aumento significativo no acesso das mulheres aos gabinetes em África, começando por volta de 1975 e depois novamente em torno de 1990. Estes coincidem com momentos fulcrais no continente e no mundo: o início da Década das Nações Unidas para as Mulheres e a primeira conferência das Nações Unidas sobre as mulheres, em 1975, e o início das transições políticas em toda a África na década de 1990. Em meados de 2010, 8 países africanos estavam entre os 30 principais países do mundo, com 30% ou mais mulheres em posições ministeriais (IPU 2010). Alguns países africanos também tiveram mulheres a ocupar cargos de Primeira-Ministra, como é o caso de Agathe Uwilingiyimana, eleita em 1993, no Ruanda, Luísa Diogo em Moçambique, em 2008 ou Cissé Sidibé no Mali, eleita em 2011.

Em Cabo Verde, ainda que a representação das mulheres seja muito baixa comparativamente ao sexo oposto, a percentagem de participação tem aumentado ao longo do tempo e contou pela primeira vez com uma mulher candidata ao cargo de Primeira-Ministra. Mas a desigualdade persiste, tanto a nível numérico como na relevância na participação/ocupação dos cargos políticos, o que mostra que, apesar de se estarem a criar medidas para haver uma maior participação política das mulheres, a mudança está a ocorrer de forma lenta. Baker (2006) realça a democracia cabo-verdiana e a boa governação, mas afirma que ainda é preciso erradicar-se a disparidade de género.

Segundo o que nos diz Nadezhda Shvedova (2005: 33), em 2005, a nível global, a percentagem de mulheres sentadas no parlamento mal chegava aos 16% – mesmo havendo países com uma grande representatividade feminina nos parlamentos –, pois predomina o número de países com pouca ou nenhuma representação feminina nos seus parlamentos, o que faz com que a percentagem feminina seja incrivelmente reduzida no geral. A facilitação ou a dificultação à participação política por parte das mulheres varia dependendo do contexto e desenvolvimento socioeconómico, geográfico, cultural e do tipo de sistema político adaptado pelo país. Havendo uma exclusão relativamente à participação política das mulheres e impedimento nas tomadas decisões, isso limita o cumprimento dos princípios da democracia que alega que todos os cidadãos têm que participar nas tomadas de decisões, uma vez que vai ter efeito sobre as suas vidas.

Processo de Transição Democrática

O século XX (finais da década de 80 e início dos anos 90) foi marcado por mudanças políticas extraordinárias, onde o mundo assistiu à uma multiplicação de processos de transição democrática (Lindberg, 2006). Huntington, na sua obra “A Terceira Onda: a democratização no final do século XX” (1994), nomeia estes processos de transição política, destas últimas décadas do século XX, de “terceira vaga de democratização”, considerando o 25 de Abril, em Portugal, como o acontecimento que marcou o início dessa vaga.

A seguir à independência, as ex-colónias, livres do controlo externo e da repressão do colonialismo, pensaram que teriam a tão desejada liberdade, mas viram-se, na maioria dos casos, uma vez mais, presas a regimes autoritários, em que os seus chefes de Estado encaravam o poder como um património seu, não dando oportunidade a uma oposição. Os cidadãos continuaram com poucas liberdades, privados dos seus direitos. Esta situação política de monopartidarismo e de regimes autoritários foi vivida por muitos países africanos, mantendo-se o regime monopartidário, como usual até à abertura política dos anos 1990 (grosso modo), sendo que Cabo Verde não foi exceção (Bratton e van de Walle, 1987). Steffan I. Lindberg é um dos autores incontestáveis para analisar eleições em África. A sua obra *Democracy and Elections in Africa* (2006) versa sobre as eleições em África ao longo dos anos, desde as independências, o seu papel sob uma perspetiva comparativa, mostrando as fragilidades e sucessos das eleições no continente.

Cabo Verde é um país com uma democracia recente, que durante alguns anos após a independência esteve sob um regime autoritário e monopartidário, passando para um regime democrático, multipartidário em janeiro de 1991, data em que passou a haver eleições livres e multipartidárias (Évora, 2004).

De 5 de julho de 1975, data da independência, a janeiro de 1991 Cabo Verde teve um sistema de partido único em que o único partido era o partido que lutou pela independência, PAIGC⁶. Ainda sendo um país com o sistema de partido único, houve em Cabo Verde 3 eleições legislativas antes da abertura política (ver quadro 1). Mas a existência dessas eleições não fazia de Cabo Verde um país democrático, pois a introdução de eleições nos regimes autoritários pode ter permitido o direito ao voto, mas não significou que tenha sido garantido o direito de escolher, nem oportunidade para que

⁶ Anos mais tarde, em 1981, mudou-se o nome do partido para PAICV (Partido Africano da Independência de Cabo Verde. Durante 15 anos este partido governou o país (de 1975 até 1990 em regime monopartidário).

outros partidos entrassem na competição (Joseph, 1998). A abertura política só veio a acontecer em fevereiro de 1990, anunciada no Concelho Nacional do PAICV, mas em 1988 já havia sinais dessa abertura, manifestadas durante o III Congresso, no qual demonstrava sinais de esgotamento, depois de quase 15 anos no poder (Silveira, 2005).

Ano	Eleições	Total de Lugares	Mulheres eleitas
Junho 1975	Eleição para a Assembleia Constituinte	56 Lugares	1
Dezembro 1980	Eleição da Assembleia Nacional	63 Lugares	4
Dezembro 1985	Eleição da Assembleia Nacional	86 Lugares	10

Quadro 1: Partido Único: Eleições do PAIGC (1975-1975) / PAICV (1981-1990)⁷

A abertura política ocorreu por influência de vários acontecimentos internacionais e domésticos como o fim da Guerra Fria, as normas que as agências financiadoras internacionais passaram a impor, para a manutenção política de cooperação e auxílio, as mudanças e valorização da democracia, sobretudo no leste europeu, a própria pressão da sociedade civil cabo-verdiana que ansiava por uma maior liberdade política e civil, ou a ação da Igreja Católica, que se opunha ao controlo total do partido. Tendo em conta essas pressões, em setembro de 1990 deu-se a confirmação dessa abertura, com a eliminação do art. 4^o da Constituição da República de Cabo Verde (CR), aprovando-se a lei dos partidos políticos.

Com a aprovação desta lei, em janeiro de 1991, assistiu-se às primeiras eleições livres e pluralistas em Cabo Verde, no dia 13 de janeiro do mesmo ano, que contou com uma grande vitória do único partido que concorreu contra o PAICV, o Movimento para Democracia (MpD)⁹. Passando a contar com mais um partido a concorrer nas eleições, PAICV encontrou no MpD um grande adversário que ganhou não só as legislativas como também as presidenciais¹⁰ e as eleições autárquicas em 12 dos 14 concelhos. Essa derrota do PAICV reflete não só o descontentamento, mas também o quanto a população civil cabo-verdiana ansiava pela rotatividade do poder.

Com a vitória do MpD nas primeiras eleições legislativas procedeu-se à elaboração de uma nova constituição com princípios e garantias de uma democracia pluralista, o que veio consagrar o Estado de Direito Democrático e garantir algumas

⁷ Elaboração própria. Dados retirados da base de dados *African Elections Database*, “Elections in Cape Verde”, consultado no dia 06 de maio de 2017, disponível em <http://africanelections.tripod.com/cv.html>

⁸ Até mesmo o artigo 4^o dava o reconhecimento ao PAICV como sendo o único partido que dirigia a sociedade o Estado.

⁹ O partido MpD apareceu dois meses depois da abertura política.

¹⁰ As eleições presidenciais realizaram-se em fevereiro de 1991, tendo como candidatos Aristides Pereira (que após 15 anos como Presidente da República recandidata-se), que contou com o apoio de PAICV e António Mascarenhas Monteiro apoiado pelo MpD.

liberdades e direitos¹¹ que anteriormente não havia. As mudanças feitas por esse governo não se ficaram apenas pelas mudanças constitucionais. Este governo procedeu também à abolição de instrumentos de repressão e de controlo político e social do governo anterior – muitos consideravam a polícia política um meio de controlo e repressão autoritária, que foi extinta por esse novo governo. Foram também feitas mudanças nas políticas públicas (passando o orçamento do Estado de 25% em 1990 para 35%), na saúde (aumentaram-se os postos de saúde pelo país) e na educação (subindo-se a taxa do ensino básico e do ensino superior) (Évora, 2004: 110).

Com abertura política de 1991¹² e as condições para a institucionalização da democracia, por parte do governo, Cabo Verde iniciou o seu caminho para a consolidação da democracia¹³, depois de ter concretizado com sucesso o processo de transição, ao contrário do que aconteceu com grande parte dos países africanos (O'Donnell, 1996). No entanto, essa transição não significa a consolidação da democracia, pois os cenários podem ser outros: a nova democracia pode regredir ao regime autoritário; pode haver uma estagnação, em que o regime não regride, mas também não avança para uma consolidação; e por fim, pode haver casos em que a consolidação da democracia realmente é bem-sucedida.

As primeiras eleições livres em Cabo Verde contaram com a candidatura de apenas dois partidos, o PAICV e o MpD. Mas, a partir da segunda eleição legislativa, em dezembro de 1995, outros partidos foram aparecendo na corrida. No entanto, o bipartidarismo prevaleceu. Depois das primeiras eleições legislativas de 1991, os dois partidos maiores (PAICV e MpD) continuaram a dominar as eleições, sendo que o MpD venceu as eleições legislativas de 1991 e de 1995, voltando ao poder nas eleições de 2011 e 2016 e o PAICV venceu as 2001 e de 2006. Os restantes partidos em nenhuma das eleições estiveram perto de as vencer. (Ver anexo 3).

Para alguns autores (Évora, 2004; Silveira, 2005) essas vitórias do MpD, com maioria absoluta, dificultaram, de certo modo, o processo de consolidação da democracia em Cabo Verde, pois as propostas apresentadas em parlamento eram aprovadas ou não

¹¹ Direitos anteriormente desconhecidos, como o *habeas corpus*, a liberdade de expressão, manifestação da imprensa entre outros, foram concedidos aos cidadãos cabo-verdianos.

¹² A essa abertura política do governo monopartidário O'Donnell chamou de “segunda transição”.

¹³ O'Donnell (1996) apresenta uma abordagem do conceito de consolidação democrática como “permanência democrática = consolidação”, considerando que é um conceito demasiado polissémico. Linz & Stepan (1996) propõem como a noção de democracia consolidada “um regime político no qual a democracia como um complexo sistema de instituições, regras, padrões de incentivos e desincentivos, se torna em uma frase: o único jogo na cidade” (Linz & Stefan, 1996: 15).

pelos votos de um partido (o partido do governo), que possuía a maioria dos deputados no parlamento. Parafrazeando a autora Roselma Évora (idem: 112), o MpD “confundiu o constitucionalismo com o maioritarismo”. Essa confusão por parte do MpD ia em oposição ao que é uma democracia (Silveira, 2004: 210).

Posso ainda dar uma outra perspectiva sobre a consolidação, devida à Évora (2004). Para Huntington (em Évora, 2004: 38), a consolidação da democracia é possível medir-se através do “teste das duas transferências de votos”, ou seja, quando o partido que tomou o poder perder nas eleições e passar o poder para o partido vencedor de forma pacífica e esse novo partido vencedor perder as eleições e transferir ao próximo vencedor, também de forma pacífica. Então, se formos a avaliar a consolidação de uma democracia através desse critério definido por Huntington e O’Donnell poderíamos dizer facilmente dizer que a democracia em Cabo Verde já se encontra consolidada, uma vez que desde a abertura política, em 1991, tem havido alguma rotatividade dos partidos no governo¹⁴.

¹⁴ Para Roselma Évora (2004) as possibilidades de uma regressão são mínimas, mas não acredita que o regime democrático cabo-verdiano esteja já consolidado, mas sim estagnado, pois, apesar de ter sido eleito um partido da oposição duas vezes consecutivamente, esse partido pouco fez para institucionalizar a democracia. Ainda considera que, não havendo troca de governo de modo pacífico, as possibilidades do processo de consolidação eram mínimas.

Participação política em Cabo Verde: padrões evolutivos e visões dos atores políticos

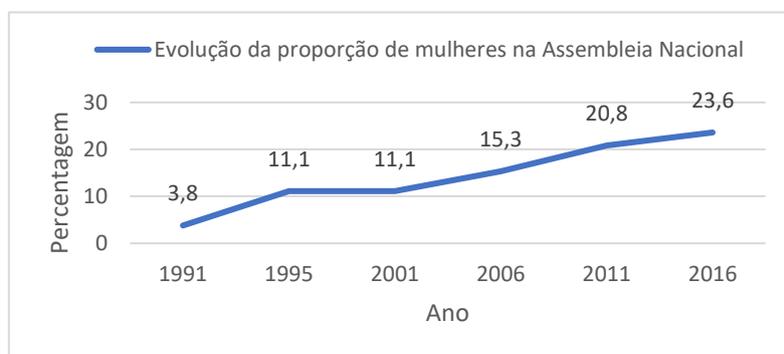
A Assembleia Nacional é a assembleia que representa todos os cidadãos nacionais. Relativamente à sua composição, o art.º 141 da CRCV define que Assembleia Nacional tem um mínimo de 66 e um máximo de 72 Deputados, eleitos nos termos da Constituição e da lei, sendo que o conjunto dos círculos eleitorais fora do território nacional corresponderão 6 Deputados distribuídos entre eles, nos termos da lei.

Quanto a forma de eleição dos deputados à Assembleia Nacional, o art.º 115 da CRCV indica que os deputados são eleitos por listas em cada colégio eleitoral, sendo que o número de efetivos em cada lista deverá ser igual ao número dos mandatos atribuídos ao respetivo colégio eleitoral. Quanto ao número de suplentes, deverá ser, no máximo, igual ao número dos mandatos atribuídos ao respetivo colégio eleitoral, não podendo nunca ser inferior a 3. O número de Deputados por cada colégio eleitoral é proporcionável ao número de inscritos, não podendo, porém, ser inferior a um mínimo estabelecido por lei e sem prejuízo do disposto no n.º 2 do art.º 141 da CRCV (Pires, 2015: 59-60).

Participação política em Cabo Verde: padrões evolutivos

Ao analisar a participação das mulheres cabo-verdianas no meio político desde o fim do monopartidarismo chega-se a conclusão de que houve um aumento progressivo embora tendo iniciado em patamares muito baixos (1991, 3.8% de mulheres). Esse número foi aumentando, ainda que mais lento do que o aumento de 1991 para 1995, encontrando-se Cabo Verde em 2017, passado 26 anos, com 23.6% de mulheres no parlamento (atenção ao gráfico abaixo).

Gráfico 1



15

¹⁵ Gráfico elaborado a partir do panfleto do ICIEG “Por uma representatividade das Mulheres na Política, Eleições 2016”.

Esta sub-representação das mulheres nos órgãos do poder político em Cabo Verde não é um fenómeno novo. A sua representação tem vindo a aumentar ao longo dos anos, ainda que seja um aumento lento, continuando a ser foco de atenção por parte de mulheres na política e sociedade civil que têm vindo a exigir cada vez mais o aumento da representação das mulheres na política. Em conversas com os entrevistados as opiniões foram unânimes. Todos os entrevistados concordaram que a participação das mulheres na política em Cabo Verde não é suficiente e está muito longe da paridade, não representando aquilo que é a sociedade cabo-verdiana que é quase paritária, com a percentagem de mulheres ultrapassando um pouco a dos homens. Assim, os entrevistados entendem que o número de mulheres nos órgãos de decisões em Cabo Verde deveria ser muito superior, tendo em conta que todas as decisões que são tomadas nos órgãos próprios afetam-nas diretamente.

Ainda a participação [das mulheres] é muito reduzida, há necessidade de aumentar. Em 2016 a percentagem é de 23%, o que significa que ainda é muito baixa. Estamos longe da paridade. Algumas pessoas falam do mérito, mas para mim é uma falsa questão. **Filomena Delgado, ex-Deputada Nacional**

Estamos a falar de cerca de 55% da população que é do sexo feminino, mas a nível do parlamento num universo de 72 deputados apenas 17 são mulheres, correspondendo a 23,6%. A nível das autarquias neste momento não temos nenhuma mulher nas presidências das câmaras. No governo temos neste momento 25% de mulheres, embora tenhamos tido paridade antes, cerca de 50% no governo, mas isso depende da vontade política do Primeiro-Ministro. **Lúcia Passos, Deputada Nacional**

A participação cívica é referida na CR, 2ª Revisão Ordinária-2010, salientando-se que “A República de Cabo Verde reconhece a igualdade de todos os cidadãos perante a lei, sem distinção de origem social ou situação económica, raça, sexo, religião, convicções políticas ou ideológicas e condição social e assegura o pleno exercício por todos os cidadãos das liberdades fundamentais”¹⁶. O art. 3º reforça a ideia do cumprimento das leis dizendo que “O Estado subordina-se à Constituição e funda-se na legalidade democrática, devendo respeitar e fazer respeitar as leis”¹⁷. O próprio Código Eleitoral (CECV) faz menção à representação equilibrada de ambos os sexos. “As listas propostas às eleições devem conter uma representação equilibrada de ambos os sexos”¹⁸, chegando a oferecer prémios para “os partidos políticos ou coligações de partidos políticos e as

¹⁶ Artigo 1º do Título I, Parte I da Constituição da República de Cabo Verde

¹⁷ Artigo 3º do Título I, Parte I da Constituição da República de Cabo Verde

¹⁸ Artigo 421º do Capítulo VIII, Título VI do Código Eleitoral

candidaturas apresentadas por grupos de cidadãos em cujas listas se façam eleger, a nível municipal, pelo menos, 25% de candidatos do sexo feminino”¹⁹. Mas em nenhum momento faz menção a qualquer tipo de punição para os partidos que não cumpram a feitura de uma lista equilibrada, não esclarecendo também a importância do equilíbrio nas cabeças de listas. Os partidos, muitas vezes, para equilibrar as listas, colocam grande número de mulheres em lugares de suplentes ou efetivas, pouca percentagem de mulheres nas cabeças das listas²⁰.

Os estatutos dos partidos²¹ também têm realçado a participação igualitária. O artigo 90º Parte II dos Estatutos do MpD afirma que “O partido promove, nas suas listas, uma adequada representação de jovens e uma representação paritária de género”. Mas a realidade que se tem vindo a assistir em Cabo Verde é que não tem havido cumprimento nem das leis do CECV nem dos estatutos dos partidos, pois as listas que são apresentadas não são paritárias e não existe nenhuma punição quanto ao incumprimento dessas leis. As deputadas entrevistadas concordaram que a falta de medidas de punição ao incumprimento das leis é o que faz com que os partidos continuem a apresentar listas desequilibradas, onde as mulheres aparecem na maioria das vezes em lugares inelegíveis, o que acaba por se repercutir na representação das mulheres nas esferas de tomadas e decisões políticas. Assim, concordam que é preciso haver instrumentos legais que punam os partidos que não cumprem com as leis apresentadas pelo CECV para a elaboração das listas. Esta é a opinião de Graça Sanches:

(...) para colmatar esta assimetria é preciso a criação de instrumentos legais de carácter “punitório”, porque os que existem não são respeitadas. (...) essas leis têm de ser mais claras e ter mecanismos para se certificar do cumprimento das mesmas.

A participação dos cidadãos na política é essencial para uma democracia e a participação igualitária entre os cidadãos e aqui especificamente entre homens e mulheres torna-se indispensável para a construção da democracia (Lopes, 2014: 34). Tal como muitos especialistas e defensores da participação igualitária na política, Mejuini mostramos, tirado do relatório de Ibrahim (2004), que alguns dos problemas que afetam a participação das mulheres na política são as interpretações culturais e religiosas centrada no sexo masculino, defendendo apenas a aspiração dos homens nos cargos públicos; as campanhas que associam a o estado civil à falta de moralidade; a elevada taxa de violência

¹⁹ Idem

²⁰ Consultar Monteiro (2009).

²¹ Sendo o PAICV e o MpD os dois grandes partidos e com maior representatividade no parlamento optei por referir apenas os estatutos destes dois partidos.

que, de certa forma, é visto como caracterizador dos processos eleitorais (incluindo o recurso às forças de segurança para intimidar as mulheres e os seus apoiantes); e a queixa de que as candidatas femininas são demasiado assertivas e independentes e podem não ser as mais acertadas para trabalhar em equipa, uma vez que se estará a correr o risco de serem demasiado autoritárias, não deixando espaço para outras opiniões.

Nos tempos anteriores ao multipartidarismo o direito à participação política era negado às mulheres e a própria CR da altura negava-lhes esse direito ao não fazer referência ao direito de na vida política (Évora, 2004). A própria sociedade não via e continua a não aceitar muito bem que as mulheres se integrem na política. Mas ainda assim, houve alguma representatividade feminina no parlamento em Cabo verde enquanto Regime de Partido Único (como se pode constatar no quadro 2).

Data das eleições	Deputadas Eleitas	Deputados Eleitos	Total
1975	1	55	56
1980	4	59	63
1985	10	73	83

Quadro 2: Mulheres no parlamento de 1975-1985

Essa postura machista por parte da sociedade cabo-verdiana, seja por parte dos homens ou das mulheres, foi-me ressaltado várias vezes durante o meu trabalho de terreno, mostrando-se que a própria sociedade já tem uma distinção clara entre o papel do homem e da mulher, não aceitando bem quando essas construções sociais são ignoradas e as mulheres entram nos terrenos definidos como sendo para os homens.

(...) há pessoas da terceira idade que dizem “a mulher é para cuidar dos filhos, para fazer jantar para colocar na mesa para o marido encontrar tudo na mesa quando chegar do trabalho. Anilda Tavares, Deputada Nacional

Somos educados em casa com esta educação diferenciada entre menino e menina, que acaba depois por repercutir naquilo que é a nossa vivência, o nosso dia-a-dia. Graça Sanches, ex-Deputada Nacional

Nestes 26 anos de democracia multipartidária e de eleições livres e pluralistas a percentagem de mulheres eleitas em nenhum momento passou dos 25% seja a nível nacional ou partidária, excetuando as eleições de 2016 em que a UCID elegeu uma deputada num total de 3 deputados, resultando numa percentagem de 33% (ver anexo 4). Analisando a nível nacional nota-se que tem havido crescimento em todas as eleições, com exceção das eleições de 2001 em que a percentagem se manteve nos 11,1%, tal como nas eleições de 1995. Fora essas eleições registaram-se aumentos em todos os anos, ainda que pouco expressivos. A nível partidário, a história não se altera tanto, pois ambos os

partidos, PAICV e MpD, foram aumentando a percentagem de mulheres no parlamento, sendo que a percentagem mais alta que houve foi do MpD na VII Legislatura, em que elegeram 8 deputadas num universo de 32 deputados, equivalendo a 25%.

Cabo Verde foi um dos países que assinou o documento para a “Eliminação de Todas as Formas de Discriminação Contra as Mulheres” (CEDAW), em que um dos artigos salienta a importância da eliminação das discriminações contra as mulheres na política. Também Cabo Verde foi um dos países que assumiu em 2000 o compromisso dos Objetivos para o Desenvolvimento do Milénio (ODM), aceitando até 2015 completar 8 desafios propostos nos ODM. O objetivo 3 deste compromisso assentava na promoção da igualdade do género e da emancipação das mulheres: as principais forças políticas “obrigam-se” a uma quota de até 40% para as mulheres nas listas eleitorais e em lugares elegíveis. Registam-se progressos na representação das mulheres no Parlamento, de 3,8% para 20,8% entre 1991 e 2011. Proporção que, contudo, ainda está aquém da meta global e regional para este indicador (30%)²².

Papel da sociedade civil

Para se conseguir ter um país mais igualitário a nível da participação política, da oportunidade de representação de poder e decisão política, a RMPCV, juntamente com a ONU Mulheres CV, o ICIEG e outras ONGs tiveram vários encontros de com o governo e os líderes dos partidos políticos, durante o mês de janeiro de 2017, com o intuito de sensibilizar e apresentar a Declaração de Rui Vaz²³. Esta declaração surgiu a partir de uma formação dada pela ONU Mulheres CV, em que, durante dois dias, mulheres parlamentares e mulheres da sociedade civil tiveram a oportunidade de se juntarem e criar um plano de ação para conseguirem fazer com que haja até 2019 uma Lei da Paridade em Cabo Verde, aumentando e dando assim mais oportunidades às mulheres para a integração no meio²⁴.

Tendo em atenção esse esforço conjunto da sociedade civil e das organizações políticas para o empoderamento da mulher no meio político, nota-se a importância e o poder que a sociedade civil tem, trabalhando diretamente com o grupo alvo, para que haja alguma mudança. A sociedade civil por si só nem sempre consegue fazer diferença, pois

²² Citação retirado de *Cabo Verde - Relatório Objetivos do Milénio para o Desenvolvimento 2015*

²³ Tem como objetivo conseguir uma Lei de Paridade 50-50 a partir de janeiro 2019

²⁴ Esta questão será aprofundada no último subcapítulo dedicado à Lei da Paridade.

nem sempre tem acesso aos órgãos ou instrumentos necessários para fazer mudanças. Joanida Alves, deputada nacional do anterior governo e atualmente Presidente da Federação da Mulheres do PAICV, realça a importância de a sociedade civil trabalhar diretamente com os partidos políticos:

As organizações da sociedade civil têm colaborado sempre com vários programas que trabalham para a promoção e criação de um “plaidoyer” a nível nacional e juntos das organizações internacionais, no sentido de haver uma maior participação das mulheres. Têm havido um trabalho conjunto entre as ONG, os Institutos e as Mulheres Parlamentares, mas as ONG não têm papel nenhum no desenvolvimento das listas (...), muitas vezes [sociedade civil] resistem em trabalhar com os partidos políticos, no entanto querem implementar um programa de “plaidoyer” para aumentar a percentagem das mulheres na política. Mas pergunto como? As ONG não participam na feitura das listas, não fazem parte dos partidos políticos. Quem faz pressão nos partidos são as organizações femininas dos partidos políticos. As ONG não estão nos órgãos. Fazem trabalhos de sensibilização.

Richard E. Matland (2006) afirma que as organizações e os movimentos em prol dos direitos das mulheres e capacitação política das mulheres podem contribuir significativamente para um aumento no número de potenciais candidatas aspirantes a cargos. Mesmo organizações não-políticas com membros predominantes do sexo feminino podem desempenhar papéis importantes. Essas organizações podem proporcionar às mulheres experiência em ambientes públicos, ajudar a construir a sua autoconfiança e fornecer uma base de apoio caso uma mulher decida contestar uma eleição. As organizações de mulheres também podem pressionar as partes a abordar as questões das mulheres e a abordar a questão do aumento da representação política das mulheres.

Em Cabo Verde, organizações da sociedade civil, assim como as mulheres parlamentares, já perceberam que é preciso fazer-se um trabalho conjunto, que as mulheres precisam de formação, de auxílio e encorajamento para ingressarem na política. É necessário e importante haver um maior engajamento da sociedade civil nessa luta. Vicenta Fernandes, representando aqui a sociedade civil²⁵, realça essa importância do trabalho conjunto da sociedade civil com os atores políticos, pois a sociedade civil tem essa capacidade de sensibilização junto das mulheres, explicando-lhes a importância de elas estarem mais ativas, mostrando-lhes que, ao contrário do que a sociedade tem vindo a incutir, o mundo da política não é só dos homens, mas sim de ambos. Helen Safa (1990) acredita que os movimentos sociais são representativos das mulheres que procuram o

²⁵ Vicenta Fernandes já foi Delegada da Organização das Mulheres de Cabo Verde (OMCV) e atualmente faz parte da Associação Cabo-verdiana na Luta contra a Violência Baseada no Género.

reconhecimento como participantes no mundo público, para mostrar que podem se representar e não precisam ser representados apenas por homens. A sociedade civil pode ter um papel de devida importância ajudando as mulheres a se afirmarem no mundo político cabo-verdiano dominado por homens.

Neste momento estamos a trabalhar com a Rede Parlamentar para a aprovação da Lei da Paridade e também na sensibilização da sociedade civil, sensibilização das mulheres para se sentirem apoiadas a se engajarem na política (...), porque só as mulheres na política não conseguem. Portanto, a sociedade civil também de trabalhar sobretudo na questão da sensibilização das pessoas. **Vicenta Fernandes, Associação Cabo-Verdiana na Luta contra a Violência Baseada no Género**

A ONU Mulheres CV tem vindo a mostrar cada vez mais interesse nesta questão da participação das mulheres na política no país. Questionando Vanilda Furtado, membro da ONU Mulheres CV, sobre o tema em questão, salientou o trabalho que a organização tem vindo a fazer junto das mulheres parlamentares, oferecendo formação e oferecendo mecanismos de apoio para a criação da Lei da Paridade e aponta também esta lei como sendo uma medida necessária para acabar com a desigualdade de sexo na política.

Para Évora (2005: 9), Cabo Verde é um país de mulheres que é governado por homens. Na base desta afirmação está a percentagem da população cabo-verdiana, em que as mulheres aparecem como o sexo maioritário. No entanto, na política existe um domínio absoluto do sexo masculino, continuando as mulheres em baixa representação e ainda a serem relegadas para as funções domésticas. A adoção de medidas legais e formais para a promoção da representação equilibrada de mulheres e homens no exercício de órgãos políticos tem sido apoiadas por vários estudos empíricos e normativos (Martins e Pequito, 2009: 81). Para Suzano Costa “em Cabo Verde as estratégias de implementação das políticas de igualdade de género, no campo político, situam-se, ainda, no domínio da retórica discursiva e sob o respaldo de um argumentário político marcadamente enfermeado por lógicas patriarcais obtusas e falocentrismos estéreis” (Costa, 2011: 9).

A opinião foi unânime durante as minhas entrevistas. Todos os entrevistados concordaram que a percentagem de mulheres na política em Cabo Verde está muito aquém do desejado, ainda longe da meta dos 30% estabelecidos no objetivo 3 dos ODM, meta essa que deveria ter sido cumprida até 2015, mas que ficou pelos 20,8%²⁶. Realçou-se também a importância da existência de medidas, ainda que provisórias, para o aumento do número de mulheres na política e, mais ainda, nos órgãos de tomada de decisões. Mas

²⁶ Para mais informação sobre Cabo Verde e os ODM consultar os Relatórios do Progresso dos ODM disponíveis na página oficial do Governo de Cabo Verde ou nas Nações Unidas Cabo Verde <http://www.un.cv/omd2010.php>, <http://www.portaldokonhecimento.gov.cv/handle/10961/168>.

alguns dos entrevistados defenderam que essas medidas, principalmente no caso de ser aprovada a Lei da Paridade, têm de ser provisórias.

Não conheço bem os termos da lei [Lei da Paridade], mas penso que é destinar 50% de lugares para as mulheres e 50% para os homens. Não é uma coisa que me choca do ponto de vista instrumental, como uma etapa para uma transição em que haja igualdade de oportunidades. Mas penso que não devemos tirar espaço à oportunidade, ao engajamento e ao mérito. Como medida transitória, durante um tempo, acredito que, se ajuda a equilibrar oportunidades, será bem-vinda. Temos de encontrar uma forma inteligente de criar condições para oportunidades iguais sem chegar ao ponto de matarmos a dinâmica do mérito, da motivação e preparação individual. **Milton Paiva, Deputado Nacional**

Há quem defenda que a questão do mérito é uma falsa questão que é aplicada só às mulheres. Mas ainda assim, se formos avaliar pelo mérito, pela capacidade das mulheres cabo-verdianas, verifica-se que elas se encontram muito bem preparadas e até em vantagem em relação aos homens. As entrevistadas afirmam que as mulheres cabo-verdianas têm vindo a ter cada vez mais um aproveitamento escolar superior aos homens, tanto no ensino secundário como no ensino superior²⁷ e ainda assim continuam em desvantagem no mundo político. Assim, acreditam que, se a questão aqui fosse o mérito, haveria muito mais mulheres nos órgãos institucionais, uma vez que as mulheres têm estado cada vez mais representadas e com mais sucesso no meio académico.

Nota-se que algumas das mulheres parlamentares ainda não se sentiam bem familiarizadas com o conceito de quotas, mostrando-se contra a sua implementação, mas acabando por mudar de ideias ao lhes ser explicado o que é a quota, diferindo da ideia que inicialmente tinham.

Mesmo as mulheres que estão na política ainda não estavam a perceber bem o que são as quotas e levantavam a questão do mérito, diziam que as mulheres tinham de caminhar com os próprios pés. Nós [ONU Mulheres Cabo Verde] tivemos a necessidade de explicar o que realmente são as quotas, a lei da paridade e como funcionam. **Filomena Delgado, ex-Deputada Nacional**

²⁷ Dados dos *Principais Indicadores da Educação 2015/2016*, mostram que 52% de alunos no ensino secundário é do sexo feminino, sendo que 58% dos alunos repetentes são do sexo masculino. Documento disponível na página oficial do Ministério da Educação de Cabo Verde http://www.minedu.gov.cv/index.php?option=com_content&view=article&id=947:principais-indicadores-da-educacao-2015-2016&catid=90&Itemid=673 consultada no dia 08 de junho de 2017.

A Participação Política das mulheres em Cabo-Verde – Eleições legislativas de 2016

Este capítulo reserva-se ao estudo de caso sobre a participação política das mulheres em Cabo Verde, com destaque principal para as últimas eleições legislativas de 2016, para além de abordar a candidatura da líder do PAICV, Janira Hopffer Almada, abordarei as mulheres no parlamento e os esforços que se têm feito para que as mulheres cabo-verdianas tenham mais representatividade nos órgãos de poder político do seu país e possam exercer os seus direitos na vida política.

O capítulo encontra-se dividido em quatro subcapítulos. O primeiro centra-se nas eleições legislativa de 2016, analisando a candidatura de Janira Hopffer Almada e a perceção da elite política face a essa candidatura. Com base nas suas entrevistas poder, também procuro perceber como a própria sociedade cabo-verdiana reagiu à candidatura de uma mulher ao cargo de Primeira-Ministra. No segundo subcapítulo, as mulheres no parlamento são o centro da discussão. Apresentarei experiências de algumas mulheres na Assembleia Nacional e as dificuldades que tiveram e têm. No terceiro subcapítulo abordo a sub-representação das mulheres cabo-verdianas nos órgãos do poder político, mostrando os entraves e as dificuldades que têm para chegar aos altos cargos políticos e as causas, apontadas por alguns autores (Évora, 2004; Monteiro, 2009; Camacho, 2010; Lopes, 2013) e durante as entrevistas. No último subcapítulo, a promoção e integração das mulheres no meio político torna-se no foco principal, perscrutando a integração das mulheres nesse meio, o que tem sido feito pelo governo e sociedade civil para que haja mais representação das mulheres na política e o papel dos partidos nesse processo.

Eleições legislativas de 2016 – Análise dos dados

As eleições legislativas de 2016 em Cabo Verde ficarão para sempre na história do país: a candidatura de Janira Hopffer Almada fez com que estas eleições legislativas de 2016 fossem diferentes das anteriores, pelo facto de, pela primeira vez, uma mulher ser líder partidária. Se a candidata, líder do PAICV, tivesse ganhado as eleições, seria não só a primeira mulher Primeira-Ministra de Cabo Verde, como também transformaria o país no primeiro país lusófono contando com uma mulher acumulando a função de líder

partidária à de primeira-ministra²⁸. Mas os resultados favoreceram o partido da oposição, o MpD, que ganhou com a maioria absoluta de 53,58% dos votos, ficando o PAICV com 37,53%.

Questionando os entrevistados sobre as suas perceções face às eleições legislativas de 2016 e da candidatura de Janira Hopffer Almada, alguns afirmaram que estas eleições não foram diferentes das outras por haver uma mulher na corrida, pois esta não foi recebida como uma candidatura de Janira Hopffer Almada contra Ulisses Correia e Silva, mas sim como uma candidatura do PAICV contra o MpD. Em nenhum momento foram mencionados os nomes dos outros 4 candidatos ou dos seus partidos, revelando-se o bipartidarismo patente em Cabo Verde, mostrando-se de forma clara que os dois grandes partidos eram os únicos potenciais vencedores dessas eleições²⁹.

As perceções que nós temos é que não convenceu as mulheres, nem por isso as mulheres acharam que deviam votar na Janira Hopffer Almada por ser mulher e do lado dos homens também não funcionou. A avaliação neste ponto foi política. As pessoas pensaram nos partidos políticos, na competência, na ideologia. Penso que o fator género não teve influência. As pessoas votaram no MpD e PAICV, não por ser Janira ou Ulisses. Milton Paiva, Deputado Nacional

Acho que foi uma candidatura normal, acho que a mensagem não passou para a sociedade de que era a candidatura de uma mulher. Era o PAICV contra o MpD, contra a UCID, PP etc., não foi nessa lógica nas eleições legislativas. Não terá um efeito nem positivo nem negativo. As pessoas não veem se quem está a frente se é um homem ou uma mulher, é o partido. Lúcia Passos, Deputada Nacional

Para Francisco Graça, em entrevista, os fatores que levaram à derrota do PAICV, liderado por Janira Hopffer Almada, foram muitos, variando desde a questão de género, passando pela própria questão partidária, como pelas declarações feitas pela candidata do PAICV enquanto Ministra da Juventude sobre soluções para o desemprego³⁰ que não foram bem aceites pelo eleitorado. Este realça também a própria campanha do MpD, dizendo que o partido da oposição soube jogar com as declarações feitas no passado pela candidata, sabendo utiliza-las e não deixando que o eleitorado se esquecesse delas. Mas não descarta a faceta machista da sociedade cabo-verdiana.

A perceção dos atores políticos é de que o eleitorado cabo-verdiano não encarou a 8ª eleição legislativa como sendo uma candidatura entre candidatos, mas sim entre partidos. Ou seja, para os cabo-verdianos quem estava a concorrer não era Janira Hopffer

²⁸ Nos países lusófonos, apenas Moçambique teve uma primeira-ministra, Luísa Diogo que saiu de eleições que ocupou o cargo entre 2005 e 2010. Mas, contrário de Janira Hopffer Almeida, Luísa Diogo não era líder do partido, dado que este cargo era ocupado por Armando Guebuza.

²⁹ Sobre o bipartidarismo cabo-verdiano consultar Costa, 2003; Sanches, 2010; Semedo e Costa, 2007.

³⁰ Declaração feita em maio de 2015 <http://www.asemana.publ.cv/?Janira-Hopffer-Almada-reage-a-polemica-da-venda-de-pasteis-e-canja> consultada no dia 02 de maio de 2017.

Almada, Ulisses Correia Silva e os outros candidatos, mas sim os partidos políticos, o MpD, o PAICV, a UCID e os restantes partidos. Nesta linha, as figuras políticas entrevistadas dizem que a derrota da candidata do PAICV não teve a ver com o facto de esta ser uma mulher, mas sim com o partido que estava a representar. Francisco Graça alerta para um certo cansaço da população cabo-verdiana face ao PAICV, pois o partido já se encontrava a governar o país há 15 anos. Na sua opinião, a candidatura de Almada não veio numa boa altura e afirma que, se tivesse aparecido noutra altura, o resultado poderia ser diferente. Mas ainda assim, há quem afirme que a candidatura da líder do PAICV não foi bem-recebida por todo o eleitorado cabo-verdiano, tendo algumas pessoas realçado que o fator género também teve a sua quota-parte de responsabilidade na derrota.

Nas entrevistas realizadas, destacaram-se comentários preconceituosos e androcêntricos proferidos tanto por atores políticos como por parte do eleitorado. As deputadas e ex-deputadas entrevistadas apontam ainda estes comentários por parte de mulheres, mostrando-se ainda bastante reticentes quanto à presença de mulheres nos altos cargos políticos, revelando que, nas suas opiniões, as mulheres não são tão capazes quanto os homens e que ainda têm impedimentos biológicos que as impossibilitam de exercer tais cargos.

Participei muito ativamente nas campanhas legislativas e pude ver muita resistência por parte também das mulheres em votar numa mulher. Ao falar com as mulheres elas dizem: “mas mulher?! Primeira-Ministra de Cabo-Verde?” “Mas mulher tem menstruação e tem dores de barriga. E se tiver dor de barriga e não conseguir ir ao trabalho?” Mesmo mulheres esclarecidas dizem “se precisar de uma licença de maternidade? Quem é que vai tomar conta do país?”. E os homens dizem claramente “eu não vou votar numa mulher para mandar em mim”. **Anilda Tavares, Deputada Nacional**

Num encontro do PAICV³¹, onde tive a oportunidade de fazer observação não participante, Janira Hopffer Almada revela que quando decidiu candidatar-se, seja à liderança do partido e posteriormente às eleições legislativas, tinha a perfeita noção do risco que estava a correr, tendo em conta dois fatores: o seu partido já se encontrar a governar o país há 15 anos e a sua juventude. Num primeiro momento, não destacou o facto de ser mulher. No entanto, falando sobre as campanhas eleitorais disse, ter-se confrontado com problemas de ordens diversos, desde comentários machistas dos próprios membros do partido à luta por interesses pessoais em detrimento dos interesses do partido e do povo, em que membros e militantes do partido chegaram a fazer

³¹ Encontro entre os militantes do PAICV do Tarrafal e a líder do PAICV que teve lugar na Escola Secundária de Chão-Bom, Tarrafal do Santiago, no dia 22 de janeiro de 2017.

campanhas contra o próprio partido por não aparecerem na lista. Para Janira Hopffer Almada, além dos fatores externos que influenciaram os resultados das eleições, também há que considerar os fatores internos do partido: lutas desmedidas para cargos e funções de pessoas dentro do partido que não gostaram de a ter como líder, chegando a pedir aos familiares para não votar no PAICV “porque saia não governa o país”³².

Este encontro em que estive presente ocorreu antes da minha entrevista com a líder do PAICV, que veio a acontecer no dia 02 de fevereiro de 2017. No entanto, a candidata mostrou-se bastante aberta em esclarecer e dar justificações ao seu eleitorado. Mas, na entrevista, a sua postura foi diferente, sendo as suas respostas mais telegráficas e menos detalhadas. Ao questionar-lhe sobre as dificuldades que encontrou durante as eleições a sua resposta foi curta:

Tudo de bom ou de mau que acontece é sempre analisada numa perspetiva positiva. Eu encaro cada dificuldade, cada obstáculo como uma potencial aprendizagem.

Almada afirma ainda que, em relação ao seu partido, o problema maior decorreu mais do facto de ter entrado muito jovem nos órgãos dirigentes e não tanto do facto de ser mulher, coincidindo com o que havia afirmado no encontro com militantes.

As opiniões sobre a líder do PAICV variaram durante as entrevistas. Alguns dos entrevistados apontaram a sua forma de liderança como sendo das principais razões para a sua derrota, uma vez que não se apresentou junto do eleitorado feminino como sendo numa candidata mulher, que vai defender os interesses das mulheres e mostrar que as mulheres, tal como os homens, são capazes de governar e estar em altos cargos. A sua postura foi de uma candidata tentando governar como os homens, querendo medir forças com os homens, mostrando que consegue governar como eles. Na opinião de Filomena Delgado e Graça Sanches, Janira Hopffer Almada deveria ter salientado o facto de ser mulher e de as mulheres poderem governar de forma diferente dos homens. Outros dizem que o fator género teve grande peso junto do eleitorado cabo-verdiano, não tendo estes aceiteado o facto de uma mulher poder vir a governar o país, influenciando assim os resultados.

*Então, [a candidatura de JHA] é uma coisa que pode ter um impacto muito positivo para certas pessoas (...) e há uma outra franja da população que não percebem e não conseguem dar o real valor à participação da mulher e entender que a mulher pode fazer diferente estando lá [nos cargos de tomada de decisões]. É uma questão muito complexa, tem a ver com o trabalho que tem de ser feito junto das pessoas para perceberem qual o impacto que isto tem nas suas vidas. **Graça Sanches, ex-Deputada Nacional***

³² A líder do PAICV diz que esta afirmação foi proferida por um dos membros do partido, mas não quis mencionar o nome da pessoa para não criar mais tenções no partido.

Vejo sempre com grande interesse a candidatura de mulheres a cargos políticos. Mas claro que se a mulher se candidata a um cargo político e adota um estilo de liderança masculino também não influencia muito. Mas é verdade, tendo uma mulher que já se candidatou ao cargo de Primeira-Ministra é algo positivo, quer dizer que eu também posso. Mas também é bom ver o estilo de liderança das mulheres, como é que exercem a política e que as mulheres que estão na política não se esqueçam que, claro não estão lá para defender os interesses das mulheres, mas têm de ter esse olhar feminino e não mulheres com estilo masculino. **Filomena Delgado, ex-Deputada Nacional**

Houve discursos dirigidos a ela [Janira Hopffer Almada] “Oh bedja, ten calma”³³, por exemplo, que é pejorativo. Eu era cabeça de lista no Santiago Norte, mas quando ia ao palco tinha o cuidado de não dizer “oh bedja, ten calma”, dizia “oh senhora, tenha calma. Porque mexia comigo. Mulheres mesmo, durante a campanha, diziam “eu?! Nenhuma mulher manda em mim, nem homem quanto mais uma mulher”. As próprias mulheres são a expressão do machismo em Cabo Verde. Ela vai para a liderança do PAICV num ambiente interno conturbado, em que o partido se encontra praticamente dividido. E num ambiente em que depois de 15 anos do PAICV a exercer o poder, vem contra a oposição sem argumentos, porque PAICV foi avaliado negativamente, então não tinha muitos argumentos. (...) mesmo que o MpD um dia perca as eleições eu duvido que a Janira chegue à Primeira Ministra, porque internamente há esse problema de luta de família. Se a Janira não prosperar, acho que as mulheres voltarão a se desmotivar, porque a Janira é toda enérgica, tem o dom da palavra. **Austelino Correia, Deputado Nacional**

Apesar da derrota da líder do PAICV, nas eleições de 2016 aumentou em 2,8 a percentagem de mulheres na Assembleia Nacional.

Mulheres no parlamento cabo-verdiano

A sub-representação das mulheres no parlamento é uma problemática que tem vindo a receber cada vez mais atenção por parte dos investigadores cabo-verdianos (Costa, 2011; Monteiro, 2009; Lopes, 2013; Lopes, 2014) e por vezes é mencionado em alguns estudos a nível internacional (Tripp et al, 2009; IDEA, 2005; Bauer e Oktopor, 2013). Cabo Verde tem vindo a ser um dos outorgantes nas declarações e compromissos que têm procurado uma representação equilibrada entre homens e mulheres no campo político (Monteiro, 2009)

A sub-representação das mulheres encontra-se a vários níveis, desde o económico ao político (Viegas e Faria, 2001) e não é um fenómeno novo. O mesmo se aplica às mulheres cabo-verdianas na política. A sua sub-representação não é um fenómeno novo, encontrando-se sub-representadas desde os órgãos executivos, legislativo e autárquico (Monteiro, 2009).

³³ “Oh velha, tem calma”. Tradução independente do crioulo para português.

O parlamento cabo-verdiano conta com uma fraca representação feminina, o que acaba por interferir na tomada de decisões que influenciam diretamente a vida das mulheres. Elas têm dificuldades em ter uma representação justa no parlamento, pois o entrave encontra-se já na formação das listas eleitorais, uma vez que não são posicionadas em lugares eletivos nas listas (Matland, 2005). Elas queixam-se do facto de as listas não estarem bem elaboradas, havendo a necessidade de se fazer “listas zebras”, que dão a mesma oportunidade aos homens e as mulheres, caso contrário não conseguem chegar à cabeça de lista, ficando uma baixa percentagem como efetivas e a grande parte nos suplentes³⁴.

As mulheres entrevistadas alegam que a presença de mulheres nas listas dos partidos serve para preencher listas e cumprir com as quotas mínimas, como se pode verificar no excerto abaixo e nos excertos apresentados no subcapítulo 3 sobre o porquê da sub-representação das mulheres na política:

*Coloca-se muito [por causa dos compromissos internacionais e nacionais]. Temos de lutar, desbravar o caminho. Os homens têm de ajudar também, mas cabe-nos a nós impor, desafiar mais, dizer que estamos aqui. Acaba-se por se fazer “listas zebras”, homem-mulher-homem-mulher, quotas, porque senão ficamos mal vistos internacionalmente. Mas acho que é uma luta de todos: dos homens; das mulheres; da sociedade. **Paula Moeda***

Monteiro (2009), afirma que a presença de mulheres em Cabo Verde varia consoante o número de lugares que os partidos têm no parlamento “quantos mais votos um partido obtinha, maior seria a sua probabilidade de eleger mulheres. Verifica-se que, na década de 1990, a percentagem de mulheres eleitas nas listas do MpD esteve acima da média nacional. O mesmo se verificou com o PAICV nas Legislativas de 2001 e 2006” (p. 118).

O Parlamento cabo-verdiano, denominado por Assembleia Nacional, é unicameral e é atualmente constituído por 72 deputados e desse número apenas 17 são mulheres: 9 deputadas do MpD, 7 deputadas do PAICV e 1 da UCID. O Parlamento encontra-se dividido em vários órgãos: a Presidência, a Mesa da Assembleia Nacional, a Direção do Grupo Parlamentar e as Comissões. A Mesa do Parlamento, um dos órgãos mais importante da Assembleia Nacional, que é nomeado pelos grupos parlamentares, é constituído por 6 deputados, sendo quatro deles homens e apenas duas mulheres (ver anexo 5). Cada um dos dois partidos nomeou uma mulher para a Mesa. Possuindo o MpD

³⁴ Monteiro (2009) explora detalhadamente a presença das mulheres nas listas eleitorais, tendo em conta os dois grandes partidos, desde 1991 até às eleições legislativas de 2006, apresentando o número e percentagem de mulheres em cada uma das eleições legislativas nacionais.

4 lugares na Mesa, optou por introduzir uma mulher, Mircéia Delgado, ficando esta como 3ª secretária. Dos dois lugares conseguidos pelo PAICV, uma mulher, Eva Ortet, foi eleita para o cargo de 2ª vice-presidente da Mesa, ficando o segundo lugar da Mesa preenchido por Américo Nascimento. Nota-se que o PAICV conseguiu ter uma representação paritária na Mesa, enquanto o MpD se ficou pela representação de 25% no que toca a mulheres e num cargo inferior ao que foi dada à deputada do PAICV.

Chegando a composição das Direções dos Grupos Parlamentares o cenário apresenta-se o mesmo: as mulheres encontram-se sub-representadas nos dois Grupos Parlamentares. Mais uma vez o PAICV apresenta uma lista mais equilibrada do que a do MpD, possuindo 2 mulheres, no universo de 5, enquanto o MpD apresenta uma mulher no mesmo universo. Quando à relevância das suas ocupações, o PAICV apresenta-se tendo uma mulher como presidente da Direção e a segunda como 4ª vice-presidente, já a única deputada presente na Direção do MpD aparece como a 3ª vice-presidente.

A presidência do parlamento é ocupada por homem, como tem acontecido desde a independência (ver anexo 7), contando com apenas duas mulheres na composição da Comissão Permanente para a IX Legislatura (anexo 8). As mulheres encontram-se sub-representadas não só na Assembleia Nacional, mas na própria composição dos órgãos parlamentares, onde se encontram sempre em minoria e muitas vezes ocupando cargos de menor relevância (anexo 3).

A sub-representação das mulheres cabo-verdianas nos órgãos de decisão política

Mulheres têm tido dificuldades e obstáculos diversos no universo político. O ambiente em que se encontram inseridas não lhes proporciona as melhores condições ou grandes oportunidades de o fazerem e várias têm sido as causas apontadas para que ocorra uma sub-representação das mulheres na política (Bauer e Okpotor, 2013; Tripp, 2001; Nadezhda, 2005; Martins e Pequito, 2005). Em Cabo Verde a falta de oportunidade de participação e a própria falta de motivação das mulheres têm sido apontadas como umas das causas, juntamente com o analfabetismo, apontado por Silveira (2005), e o machismo cabo-verdiano (Monteiro, 2009; Camacho, 2010; Costa, 2011; Lopes, 2013; Lopes, 2014).

Estudos têm mencionado várias causas para a sub-representação das mulheres. Shvedova Nadezhda (2005) agrupa essas causas em 3 grandes grupos: as de ordem política; as de ordem socioeconómicas e, por fim, as ideológicas (ou socioculturais).

Obstáculos Políticos

Relativamente aos obstáculos políticos, a autora diz que os estudos têm demonstrado que as estruturas políticas podem ter um papel significativo no recrutamento de mulheres para o parlamento. Há necessidade de uma maior literacia política, através do melhoramento nas instituições que promovem o conhecimento/ensinamento político. Um sistema de eleições baseado na representação proporcional (RP) aumenta o número de mulheres eleitas entre 3 a 4 vezes mais (Shvedova, 2005: 35). Quando o país tem um desenvolvimento fraco do sistema partidário, em que os partidos tendem a marginalizar os interesses das mulheres e as suas mulheres têm pouca confiança, a adaptação de uma literacia política pode ser muito vantajosa, ajudando os seus cidadãos a terem mais conhecimento e interesse na vida política, a terem a capacidade de fazer escolhas e tomar decisões coerentes, melhorando desta forma a situação política do país. Essa literacia não está dependente apenas da educação ou das instituições formais; outras instituições ou meio de educação menos formal podem contribuir.

Tendo em conta a revisão bibliográfica feita e os testemunhos das entrevistas alguns obstáculos têm-se destacado como sendo os mais comuns enfrentados pelas mulheres cabo-verdianas. A prevalência do “modelo masculino” (Shvedova, 2005) da vida política e do corpo governamental eleito é um dos obstáculos apontados, pois os homens continuam a dominar a arena política em Cabo Verde e como tal as regras, as normas e a vida política são organizadas de acordo com os valores e normas masculinas. Évora (2005) afirma que Cabo Verde é um país de mulheres governado por homens, uma vez que a maior parte da sociedade é feminina e, no entanto, chegando aos órgãos de decisão política a oportunidade de participação para as mulheres torna-se reduzida. Costa (2011: 35) afirma que “tradições culturais discriminatórias relegam o domínio do poder e da decisão para os homens”. Este pensamento de Costa vem complementar o que Monteiro já havia tratado na sua obra (2009), sobre as “uma estrutura política dominada por homens”.

Esse domínio político por parte dos homens continua ainda bastante presente, continuando a organização da vida política, reuniões, decisões dependentes da vontade e disponibilidade dos homens, ficando em segundo plano a disponibilidade e as opiniões das mulheres.

É ainda muito fraca a participação de mulheres nos órgãos de decisão, principalmente falando no espaço político. Ainda as estruturas dos partidos são dominadas por homens e os órgãos de decisões especialmente. Joanilda Alves

Tendo em conta esse domínio dos homens masculino na política, Joanilda Alves e Paula Moeda concordam que é preciso haver mais mulheres nos órgãos de decisões, uma vez que os homens não conhecem as necessidades e as prioridades das mulheres.

A falta de apoio/atenção dos partidos tem-se mostrado como obstáculo, pois o acesso é limitado ao *network* político e normas e qualificações mais rigorosas aplicadas às mulheres. Das 11 mulheres entrevistadas, 9 concordaram que é preciso haver um trabalho de base para aumentar a participação das mulheres; que é preciso que os próprios partidos saibam incentivar e formar as suas mulheres, da mesma forma que os homens; que é preciso que os partidos deem oportunidades iguais aos homens e as mulheres, acrescentando ainda que essa diferença é notável na forma como constroem às listas eleitorais. Costa (2011) e as entrevistadas dizem que é preciso haver listas zebras em Cabo Verde, para que estas sejam mais equilibradas. Monteiro (2009) aborda esta questão apresentando dados quantitativos, onde é possível verificar-se a “elas estão sub-representadas nas listas eleitorais e tendem a ocupar posições secundárias nas mesmas, contribuindo assim para a sua sub-representação nos órgãos de poder político eletivos” (idem: 140). Ser-se membro dos partidos é das principais vias de se aceder à política, porque “normalmente, os membros dos órgãos nacionais dos partidos são incluídos, por exemplo, nas listas em posições favoráveis à sua eleição, sendo que são também os principais responsáveis pela elaboração e ordenação das listas eleitorais. As entrevistadas alegam que as mulheres são colocadas nas listas principalmente com o objetivo de preencher os requisitos” (idem: 142).

A elaboração das listas é um assunto que continua a ser alvo de discussão em Cabo Verde, uma vez que as mulheres continuam em desvantagem tanto a nível numérico como na própria relevância dos cargos que ocupam, desrespeitando-se assim, não só os regulamentos dos partidos, como o próprio CECV que apela a igualdade entre os sexos. Graça Sanches, Lúcia Passos, Anilda Tavares e Dália Benholiel acreditam que os compromissos internacionais assinados por Cabo Verde têm peso na feitura das listas, acabando por “obrigar” os partidos a ter uma maior percentagem de mulheres nas listas. No entanto, nem sempre ocupam lugares onde podem ser eleitas, uma vez que a grande parte acaba por ficar na lista de suplentes. Sentem que ainda existe uma grande resistência por parte dos homens em oferecer igual oportunidade aos homens e às mulheres, havendo casos em que partem do pressuposto de que elas não irão aceitar

o convite para fazerem parte das listas, porque os maridos não vão deixar.³⁵ O discurso de Milton Paiva, direciona-se num sentido diferente, acreditando que atualmente às mulheres já não são colocadas nas listas para preencher espaço ou completar a quota exigida, pois os partidos já têm outra sensibilidade, incluindo as mulheres os jovens na vida política do país.³⁶

As entrevistadas acrescentam ainda que os homens, como não têm responsabilidades na esfera privada, despendem de mais tempo para participar na política, enquanto com as mulheres sucede o contrário, uma vez que têm responsabilidades domésticas, despendem de menos tempo para participar nos momentos de tomadas de decisões, pois marcam as reuniões dos partidos para horários que não são a elas, mesmo sabendo que desempenham o “papel sexual de esposas e mães” (Costa, 20011).

*As reuniões costumam ser marcadas para às 19 ou 20 horas, mesmo a impedir as mulheres de participar, porque sabem que as mulheres têm um papel duplo na nossa sociedade. Não marcam às 15 horas porque os homens têm de ver futebol. Assim, quando chega a hora de tomar decisão são os homens a tomar as decisões, porque as reuniões prolongam-se até às 22 horas, 23 horas e a mulher não pode permanecer porque senão perde o marido. (...) grande percentagem de mulheres que entram na política depois perdem o marido, porque o próprio marido não consegue aceitar. **Joanilda Alves***

*É necessário que as mulheres e os homens estejam representados em paridade no parlamento (...). Os homens não estão representados na esfera privada, não há grande participação dos homens nas esferas privadas, então isso dificulta a participação das mulheres. **Filomena Delgado***

Falta de acesso a uma educação e sistemas de treino para a liderança feminina e orientação para as jovens relativamente à vida política tem contribuído como obstáculo. Tem-se falado da necessidade de treinamentos e orientações às mulheres para a vida política. Vanilda Furtado e Vicenta Fernandes, membros da sociedade civil ONU Mulheres CV e Associação Cabo-verdiana na Luta contra a Violência Baseada

³⁵ *Existe nos partidos políticos a questão da participação das mulheres. No PAICV, por exemplo, fala-se de 30% de participação. Se pegarmos nas listas dos partidos políticos vamos ver que têm um círculo que tem 5 efetivo e 5 suplentes é capaz de se encontrar 4 mulheres só que estas mulheres não estão nas posições elegíveis, então o partido cumpre com o estatuto, porque os estatutos não dizem claramente que tem de ser em posições elegíveis, assim, vendo por este prisma temos mulheres nas listas. **Graça Sanches***

³⁶ *Em 2017 penso que já não é só isso. Já é um bocado um passo à frente disso. Nós estamos num regime democrático em que os partidos procuram refletir as diversas sensibilidades (...). Os partidos estão a ganhar uma sensibilidade em como as mulheres, os jovens, as minorias fazem parte desta representação, então trazem representantes desses segmentos para as listas, para que as listas sejam as mais reais possíveis e a sociedade se sinta mais representada possível. **Milton Paiva***

no Género (ACLVBG), respetivamente, realçaram a importância de sensibilizar e informar as mulheres cabo-verdiana sobre os seus direitos e deveres na política, de as capacitar e fornecer os instrumentos necessários para uma melhor participação. Os entrevistados também destacaram essa falta de informação e capacitação como um dos impedimentos ao aumento da participação das mulheres e concordam que esse trabalho de capacitação e sensibilização é um trabalho que deve ser feita pelos partidos, junto das suas militantes, e pela sociedade civil.

Também são precisas campanhas muito forte de sensibilização para explicar, esclarecer, informar no sentido de termos mais mulheres, principalmente no interior [da ilha de Santiago], onde eu sinto muito resistência por parte das mulheres em participar. **Anilda Tavares**

Os partidos, mesmo o Estado e outras organizações das mulheres, como o ICIEG, RMPCV, devem levar informações às mulheres. A informação é a primeira arma para que as mulheres se libertem do medo de participar, do medo tradicional, para que ela liberte o eu que ela tem da política dentro de si. Ela tem de ter mais apoio, tanto das instituições como de informações. Quando ela está bem informada é capaz de lidar com essas três frentes: a política, a família e crítica social. **Dália Benholiel**

Outro obstáculo bastante apontado é a forma como a política é feita em Cabo-Verde. Por ser um país insular e pequeno (Silveira, 2005), a uma certa altura a política passa a basear-se na ideia de se ter um vencedor e um perdedor, passa a ser um jogo de confronto e de ataques mútuos, em vez de uma colaboração sistemática e consensos, o que acaba por intimidar as mulheres de participarem. As entrevistadas dizem que as campanhas políticas se centram muito na vida pessoal de cada um, em ataques pessoais e, no caso das mulheres, esses ataques tem um impacto muito maior e atingem dimensões indesejáveis:

Pelo facto de ser mulher passei por várias situações não muito agradáveis e, em 2011, entrando nas listas legislativas, as pessoas não medem bem as coisas que dizem... Sofri várias difamações de homens que queriam “acabar comigo”, mas isso só me fortaleceu e agora gosto daquilo que faço e posso dizer que gosto da política. **Anilda Tavares**

Os discursos eleitorais têm contribuído para que as mulheres tenham medo, porque são discursos muito fulanizados, a falar da esposa do fulano que fez aquilo. Então isso tem contribuído para que as mulheres se retraiam. Mas hoje estamos com uma política com muito mais ética (...). Se compararmos as candidaturas de 2001 com as de 2016 vamos ver que já é muito diferente. As mulheres têm de ter firmeza, convicção. **Austelino Correia**

Com base no excerto da entrevista de Austelino Correia, acima citado, é possível verificar que a política em Cabo Verde tem evoluído, tornando-se menos agressivo e num terreno mais propício para a participação das mulheres. Por haver “mais ética” na política

no país as mulheres já se sentem mais à vontade a entrar nesse meio, aumentando assim a participação delas.

As mulheres têm estado sempre presentes na política no país, encontrando-se longe dos holofotes, mas desempenhando um papel importante durante as campanhas e na mobilização de apoios para os seus partidos, no entanto continuam a ter pouca oportunidade de participação nas tomadas de decisões nas suas estruturas. Austelino Correia, deputado Nacional pelo MpD, ressalta a forte afluência das mulheres nas campanhas, a importância que têm na mobilização de eleitores para os comícios, mas afirma que têm tido pouca visibilidade nos órgãos de decisão, muitas vezes porque não lhes são dadas essa oportunidade e às vezes porque elas se recusam a participar.

As mulheres estão presentes a organizar as campanhas, estão à frente a liderar os processos, mas depois nas horas de decisões não estão lá, no dia da votação não aparecem, porque têm muita coisa para fazer em casa. Graça Sanches

Esta citação realça, uma vez mais, o duplo papel que a mulher tem na esfera privada, tendo que cuidar dos afazeres domésticos, conciliando com a esfera pública, tendo que gerir as duas esferas, situação essa que não é enfrentada pelos homens.

Obstáculos socioeconómicos

As condições socioeconómicas mostram ser um fator importante para o recrutamento de mulheres para cargos legislativos, fazendo com que o estatuto socioeconómico da mulher influencie diretamente a sua participação na política e no corpo eleitoral. De igual modo, a percentagem de mulheres com formação superior e trabalhando fora de casa é proporcional ao recrutamento das mulheres. As pesquisas sobre o tema concluem que a situação socioeconómica das mulheres se apresenta como sendo o segundo ponto mais importante no recrutamento de mulheres para os cargos legislativos dentro de uma democracia consolidada (Shvedova, 2005).

No caso de Cabo Verde, aplica-se aqui a falta de informação que muitas mulheres têm da política, não sabendo que contributo poderiam dar à política. Isso acontece, porque o sistema de ensino cabo-verdiano não apresenta aos seus alunos o meio político quando estes ainda se encontram no ensino básico ou secundário, onde poderiam esclarecer o que é a política, como podem participar e o contributo que cada um poderia dar. Aqui entra o que já foi referido anteriormente, a importância de haver treinos e orientações para que elas estejam mais informadas. Não tendo obtido essa base nas instituições formais de ensino, os jovens crescem com as ideias que lhes foram

sendo transmitidas pelos pais e pela sociedade, tendo sempre presente a diferenciação de género. Graça Sanches comenta esta situação, afirmando:

Às vezes as pessoas não participam não porque não querem (...). Ainda temos um défice cidadão de participação, de participação espontânea nos processos eleitorais. Das mulheres sobretudo. Muitas não têm [noção dos seus direitos e deveres enquanto cidadãs] e temos de trabalhar em termos educativos nesta matéria, começar desde a escola, que é para as pessoas interiorizarem quais são as suas obrigações. Porque se não me ensinam no ensino básico, na pré-primária de que quando tiver 18 anos tenho obrigação de ir votar, não é quando já tenho 18 anos, quando já tenho uma ideia completamente distorcida da política que me têm de informar para ir votar.

As mulheres veem-se confrontadas com a questão do duplo papel: fardo das tarefas domésticas e as obrigações profissionais (IDEA, 2005; Monteiro, 2009; Costa, 2011). As mulheres cabo-verdianas que se encontram ativas no campo, na sua maioria, têm de conciliar a vida profissional com a familiar, no sentido que elas são as responsáveis pela gestão da casa, educação dos filhos, aliado ao papel de esposa e muitas vezes veem-se em situações onde têm de decidir entre a aposta na esfera privada ou na carreira. A grande parte das entrevistadas apontaram esse duplo papel como sendo uma das razões para a fraca participação, pois muitas mulheres, por não contarem com o apoio da família e por não terem uma situação financeira confortável para se autossustentarem a si e aos filhos, optam por garantirem o sustento da família em detrimento da carreira política.

Obstáculos socioculturais

Têm-se apontado razões socioculturais como sendo um dos fatores que tem inibido as mulheres de se voluntariarem para estar em órgãos políticos de mais visibilidade (IDEA, 2005; Monteiro, 2009; Lopes, 2014; Lopes, 2013; Camacho, 2010; Lovenduski e Norris, 1993; Costa, 2011; Martins e Pequito, 2005). O tipo de pensamento que rege uma sociedade, as regras, os papéis atribuídos têm uma grande influência nos atos e na forma de pensar dos seus indivíduos.

A cultura acaba por influenciar o equilíbrio de género na política e é notável na falta de confiança que as mulheres têm em si mesmas; na ideia de que a política é um campo dos homens; a perceção da política como sendo algo “sujo”, sem ética; na falta de suporte da família; na educação que elas recebem em casa. Os estereótipos, a divisão entre o papel da mulher e do homem ajuda na indisponibilidade de algumas mulheres em participarem ativamente na vida política e também na forma como a própria sociedade encerra a entrada na mulher no meio político, o que acaba por condicionar a sua probabilidade de vencer eleições (Geisler, 1995; Yoon, 2004). As pessoas entrevistadas foram realçando os motivos acima mencionados, centrando-se principalmente na

educação e no machismo patente na sociedade cabo-verdiana, que ainda não consegue aceitar bem mulheres na política, principalmente nos altos cargos.

*Durante décadas as mulheres construíram para si, aprenderam das antepassadas, um determinado papel que acreditaram que era o papel para si: as lides domésticas. E para os homens fazerem o outro papel. (...) uma coisa é igualdade de oportunidade, outra coisa é se as mulheres estão disponíveis a fazer isso (...). Falta representação, as coisas que imaginas ser, se calhar há menos mulheres a imaginarem ser líderes políticas do que homens. **Milton Paiva***

*A mulher tem medo, a mulher tem receios. Ao contrário do que se diz, muitas vezes as próprias mulheres é que não se voluntariam, não querem, têm medo de entrar na política. É um problema cultural e, primeiro, nós próprias é que temos de desmistificar o nosso próprio papel na política, acho que o trabalho começa em nós... há muitos bloqueios que nós é que criamos, fantasmas criados por nós. Estas fantasias têm de acabar e percebemos que somos capazes. **Paula Moeda***

O problema que se põe em Cabo Verde, tendo como base de informação as entrevistas realizadas, é que as mulheres têm medo de entrar no meio político, porque não se sentem preparadas para o embate político que, muitas vezes, foge dos assuntos políticos, passando aos ataques pessoais, revelação pública da vida pessoal e difamação. Outra situação é porque as próprias mulheres, estando na base a forma como foram educadas, encaram a política como uma área dos homens, não se sentindo capacitadas nem vendo outras mulheres como estando suficientemente capacitadas para estar à frente dos cargos políticos. Estão com ideias formadas de que as mulheres têm de cuidar da sua família e não se expor ou tentar entrar no terreno masculino.

*A nível nacional o embate político às vezes é menos agressivo do que o local. No embate político local, se a mulher não tiver uma autoestima muito forte, uma estrutura familiar muito forte torna-se complicado, porque há uma ética muito fraca nos comícios, nas abordagens políticas e é preciso ter em conta que temos uma sociedade muito machista. E então não é qualquer marido que quer ver a sua mulher a chegar tarde em casa porque estava num comício, não é qualquer marido que está disposto a participar nos comícios e ouvir o adversário a atacar a dignidade da sua mulher. O apoio da família torna-se importante, porque muitas dizem que vão participar, mas depois chegam a casa, conversam com os maridos e no dia seguinte dizem “não, afinal não vou” (...). O povo, a sociedade cabo-verdiana, acredito, que não esteja preparada, aliás não esteve preparada para ver uma mulher a governar o país. Porque a sociedade é machista. (...) os maiores adversários declarados das mulheres que temos são as mulheres. Muitas vezes temos mulheres que apoiam homens porque acreditam que são mais fortes, que são mais competentes. **Joanilda Alves***

Quando íamos para as campanhas sentíamos que havia alguma resistência da própria mulher em aceitar a candidatura de um partido chefiada por uma mulher e muitas vezes tivemos de desconstruir isso, mesmo sendo do partido contrário (...). Nesses dois anos que vamos estar a elaborar esta lei vamos ter de desconstruir isso, porque a nossa sociedade é muito machista e se calhar há alguma timidez das mulheres

em participar nas listas que tem a ver com essa atitude machista que temos aqui em Cabo Verde. **Lúcia Passos**

Para trabalhar na política em Cabo Verde, tem-se que tirar o tempo da família... trabalhar a noite, chegar a casa e ter os filhos a dormir. Se não tiver o suporte torna-se muito difícil dedicar o tempo que tenho dedicado nestes 27 anos à política. **Dália Benholiel**

Com base nesses testemunhos acima transcritos, nota-se que o androcentrismo da sociedade cabo-verdiana, proveniente tanto da parte dos homens como das próprias mulheres, inibe as mulheres de entrarem na política, pois sujeitam-se a ouvir comentários discriminatórios, ataques verbais por estarem a entrar num terreno masculinizado, em que os próprios membros das suas famílias são envolvidos. Os entrevistados mostraram a necessidade de a mulher ter uma boa base familiar para a apoiar, mas muitas não contam com esse apoio. Muitas mulheres acabam por desistir da vida política em prol da vida familiar, porque os companheiros não aceitam que elas estejam no meio político e veem-se obrigadas a ter de escolher entre um e outro.

Arcádio Lopes afirma que a principal causa para essa sub-representação política se deve ao abandono escolar aliado à alta taxa de gravidez precoce, que tem sido uma realidade bastante comum entre as mulheres cabo-verdianas. Concordo até certo ponto com as palavras de Lopes, no entanto, ao apontar isso como sendo a principal causa, faz crer que existe aqui uma certa “culpabilização da vítima”, dando a ideia de que não existe uma maior percentagem de representação feminina porque as mulheres não se têm esforçado para tal. Relativamente à educação, acredito que não descreve muito aquilo que atualmente é a situação das mulheres cabo-verdianas, pois estas já se encontram melhor do que os rapazes, a nível do sucesso escolar, tendo os rapazes uma taxa de reprovação superior à das raparigas.

Promoção e Integração das mulheres na política

Nesta última década, têm-se assistido a um aumento da representação parlamentar das mulheres. As razões para esse aumento vêm não só de dentro dos partidos políticos, como também de fora. Elas contam com o apoio e pressão das organizações no interior do partido e com as organizações fora dos partidos políticos, sendo que algumas delas não estão somente ligadas à parte política, mas sim ao direito das mulheres no geral. Esses esforços têm sido feitos tanto por parte dos órgãos nacionais como internacionais³⁷.

³⁷ O Código Eleitoral realça a importância de uma representação equilibrada nas listas propostas às eleições, sob a garantia de o partido que possuir pelo menos 25% de representatividade feminina beneficiar-se de uma subvenção.

Joanilda Alves e Vicenta Fernandes defendem a ideia de que tanto a sociedade civil, os órgãos políticos e a própria sociedade podem e deveriam ter um papel na promoção da participação da mulher na política. Os órgãos políticos e a sociedade civil podem fornecer formações e informações às mulheres, pois há falta de conhecimentos sobre a política por parte das mulheres, principalmente no interior do país.

Questionados sobre as medidas para o aumento da participação feminina no país, possivelmente a implementação de quotas, os entrevistados afirmaram que neste momento em Cabo Verde já não faz muito sentido a implementação de quotas mínimas, pois a melhor medida, a mais eficaz para Cabo Verde, neste momento, é a implementação da Lei da Paridade. As medidas existentes, incluindo as quotas, não são suficientes. E afirmam que ter mais mulheres nos órgãos de decisões é uma forma de atrair e incentivar mais as outras mulheres para a participação ativa na política, podendo ter modelos de exemplares. Segundo Graça Sanches, *principalmente se as pessoas que lá estiverem conseguirem fazer algo que tenha impacto direto na vida das pessoas.*

Tem-se verificado um aumento da representação de mulheres em cargos eletivos no país, mas, apesar desses progressos, a percentagem da representatividade mulheres está muito aquém do desejável, seja a nível legislativo, autárquico ou do governo, continuando ainda abaixo da média prevista pela nas metas globais dos ODM³⁸.

Focando agora na representatividade das mulheres a nível legislativo, verifica-se que tem havido um aumento gradual ao longo dos anos: começando, em 1991, com 3,8% de representatividade de mulheres; passados 4 anos, esse número passava para 11,1%; em 2001, na III Legislatura, a percentagem dessa representatividade manteve-se, mudando em 2006 para 15,3%; chegando à VIII Legislatura, essa evolução passou para 20,8%; e atualmente, aumentou apenas para 23,6%, mesmo havendo medidas formais, a quota dos 30%, que incentivam o aumento.

Tendo em conta essa análise em retrospectiva, a ICIEG e as outras entidades envolvidas fizeram uma estimativa sobre a representação das mulheres na política no futuro e a conclusão a que chegaram é de que se Cabo Verde continuar no mesmo ritmo e apenas com as medidas já existentes para a promoção e participação das mulheres, só

A nível internacional existe a Convenção para a Eliminação de todas as Formas de Discriminação Contra às Mulheres (CEDAW), a VI Conferência sobre as Mulheres, os ODM, em que o país assinou o compromisso erradicar a disparidade de género na política e noutras áreas.

³⁸ O objetivo III dos ODM, que Cabo Verde aceitou cumprir, previa conseguir ter 30% de mulheres na política até 2015. Uma vez que as eleições legislativas em Cabo Verde só ocorreram em março de 2016, o país ficou pela percentagem de 20,8% de mulheres, referente à VIII Legislatura (2011-2016).

em 2060 teria a possibilidade de ter igualdade de género no parlamento, visto que foram precisos 26 anos para se poder chegar a 23,6% de mulheres nas legislativas³⁹.

A Lei da Paridade em Cabo Verde

Aquando da minha chegada a Cabo Verde estava a ser discutida a Lei da Paridade, movimento para uma maior representação das mulheres na política, pelo ICIEG e outras organizações da sociedade civil e a RMPCV, com o propósito de elaborar um documento para ser apresentada no parlamento. A ICIEG e as outras entidades envolvidas defendem que o país deve ter uma medida mais eficaz e que dê resultados, pois as medidas de discriminação positiva existentes não estão a dar grandes resultados, tendo em conta que a evolução das mulheres no campo político tem caminhado de forma lenta. Segundo a projeção feita pela ICIEG, se não for implementada a lei da paridade 50/50, se a evolução se manter no mesmo ritmo, só daqui a 40 anos Cabo Verde pode vir a ter 40% de representação de mulheres na política⁴⁰.

Há muitos que se vem a tratando da necessidade de medidas mais eficientes para Cabo Verde para que haja equilíbrio entre homens e mulheres na política e no início 2017, depois do retiro parlamentar em Rui Vaz, ilha de Santiago, onde estiveram reunidas as organizações RMPCV, ICIEG, Associação de Mulheres Democráticas e mais parceiros para a elaboração da Declaração de compromisso da Lei da Paridade. A ONU Mulheres foi a entidade internacional financiadora da formação que levou à criação desta declaração.

Lúcia Passos, a presidente da RMPCV, afirma que o objetivo das organizações e parceiros que estiveram envolvidas na criação da Declaração de compromisso da Lei da Paridade é conseguir até janeiro de 2019 a implementação da Lei de Paridade 50-50 em Cabo Verde. Acrescenta ainda que está a ser uma luta suprapartidária, em que todas as deputadas estão a lutar pela mesma causa, independentemente do partido político, contando com a participação da ONU Mulheres CV, RMPCV e ICIEG:

Há uma luta conjunta, suprapartidária neste momento. Temos de fazer uma caminhada conjunta, não pode ser uma luta só das mulheres, tem de ser uma luta da sociedade cabo-verdiana em prol da igualdade de oportunidade [Lei da Paridade].

Jorge Carlos Fonseca, Presidente da República, mostrou-se disponível a apoiar a declaração, sugerindo a elaboração do projeto da Lei, depois do encontro que teve com o

³⁹ Esta informação foi retirada do panfleto do ICIEG “Por uma representatividade das Mulheres na Política, Eleições 2016”

⁴⁰ Para mais informações sobre a Lei da Paridade consultar a página oficial do Facebook da ONU Mulheres Cabo Verde <https://www.facebook.com/numulherescaboverde/posts/1851003818518374> consultada a 30 de fevereiro de 2017.

grupo, no dia 25 de janeiro de 2017, onde lhe foi apresentado a declaração. Fonseca salientou ainda a importância do trabalho conjunto com a sociedade, incluindo homens e mulheres, para se chegar à meta pretendida.

Tendo em conta as entrevistas, a implementação da Lei da Paridade apresenta-se como a melhor forma e, talvez, a única forma de Cabo Verde conseguir alcançar a paridade na política, ao lhes ser questionado sobre quais as medidas mais eficazes para aumentar a participação das mulheres na política no país.

*É o que estamos a tentar neste momento: a lei da paridade. Porque só pela vontade não estou a ver nem daqui a 60 anos, isto para ser otimista. Se formos ver em retrospectiva desde a abertura política até agora temos 23,6% de mulheres deixa muito a desejar. **Anilda Tavares***

Ainda a participação é muito reduzida, há necessidade de aumentar (...). Em 2016 a percentagem é de 23%, o que significa que ainda é muito baixa. Pelo menos um grande número já viu que é preciso fazer alguma coisa, mas há sempre aquelas que ainda falam do mérito, que é sempre uma falsa questão. A Rede de Mulheres Parlamentares e outras parceiras nacionais já viram que a grande aposta para Cabo Verde é ter a Lei da Paridade e ver se pelos menos até 2019 já temos implementado a Lei da Paridade.

Filomena Delgado

Há também quem defenda que a Lei da Paridade tem de ser uma lei transitória, garantindo oportunidades iguais entre homens e mulheres, e não se centrar apenas no aumento da participação das mulheres em detrimento do mérito e das capacidades individuais.

Países como Ruanda, África do Sul e Gana, que adotaram medidas similares, têm apresentado bons resultados relativamente a participação das mulheres na política. Mas também há o caso do Zimbabwe, onde a adoção de quotas parece não ter grandes efeitos (Bauer e Okpotor, 2013).

Conclusão

A participação das mulheres na política tem sido um tema amplamente explorado. Os estudos realizados têm permitido mapear a presença das mulheres nos órgãos políticos em sociedades diversas. Na Europa os países nórdicos, como a Suécia, têm servido de exemplo no que diz respeito a esse tema. Em África, o Ruanda aparece não só como exemplo a nível africano, mas a nível mundial, apresentando uma percentagem de 61% de mulheres no parlamento.

Em Cabo Verde com o fim do regime do partido único, sob o governo do PAIGC/PAICV e a abertura política no início dos anos 1990, as mulheres começaram a lutar pelo seu espaço no meio político. Iniciando-se num patamar de 3,8% de representatividade nas eleições legislativas de 1991, as mulheres ocupam hoje 23,6% dos assentos parlamentares. Nota-se que houve grande aumento de 1991 para 2016, mas ainda assim esse aumento continua a não ser suficiente, uma vez que o país ainda se encontra longe dos 30% acordados com a ONU.

Analisando a participação das mulheres nota-se uma grande discrepância entre o número de homens e o número de mulheres no parlamento. Esta situação é reconhecida pela elite política, que defende o aumento do número de mulheres na política e nos órgãos de tomadas de decisões, uma vez que a falha não se encontra apenas a nível quantitativo, mas também a nível qualitativo ao considerar a relevância de cargos por elas ocupados. Muitas vezes são eleitas para cargos de menor relevância para se cumprir com as quotas mínimas exigidas. O desejo das mulheres não passava por ter 30% de mulheres nas listas, mas sim 30% de mulheres nas listas, com as mesmas oportunidades que os homens ao estarem apresentadas em posições elegíveis. Mas não havendo instrumentos de punição para o incumprimento qualitativo e continuando a existir o desrespeito pelos direitos das mulheres, o direito cidadão, a maioria, aponta a Lei da Paridade como a medida, ainda que transitória, mais eficaz para Cabo Verde para o equilíbrio do género na política.

O desafio é conseguir que seja implementada no país a Lei da Paridade até 2019. As organizações da sociedade civil cabo-verdiana que trabalham em prol das causas das mulheres, juntamente com a ONU Mulheres e as mulheres parlamentares acreditam que neste momento a melhor solução para Cabo Verde aumentar a proporção de mulheres na política é mesmo a partir da Lei da Paridade, uma vez que as quotas mínimas não têm vindo a ser respeitadas. Outra forma de aumentar a participação das mulheres é através do contacto direto com as mesmas, pois necessitam de informações, formações e

encorajamento para entrarem no meio político. Muitas mulheres, além de associarem o campo político aos homens, desconhecem o que realmente é a política e os contributos que podem dar. Assim, é preciso que haja formações junto das mulheres para a promoção e uma maior integração de mulheres.

Os próprios órgãos parlamentares apresentam disparidade no que toca à representação de género, contendo em todos os órgãos um número superior de homens comparativamente às mulheres. Esse baixo número de mulheres no parlamento já advém da própria formação das listas eleitorais, sendo assim preciso que o trabalho comece a ser feito já dentro dos partidos, garantindo que haja mais mulheres nas listas em lugares elegíveis, para que possam chegar ao parlamento.

Algumas são as causas apontadas para a fraca participação das mulheres na política em Cabo Verde, aparecendo a disponibilidade das mulheres em se voluntariarem para participarem na política como uma delas. Elas sentem-se pouco confiantes em entrar na política, não se esquecendo do peso da tradição, do estereótipo social e da não aceitação das famílias em tê-las no meio político. É de apontar a resistência dos homens em ceder o poder às mulheres.

A luta para o aumento da participação das mulheres na política em Cabo Verde deixou de ser luta partidária ou da sociedade civil em separado, passando a ser uma luta suprapartidária, contanto com o trabalho conjunto entre as mulheres parlamentares e a sociedade civil. Ambos os atores já chegaram a conclusão de que se continuarem a lutar em separado não alcançaram resultados tão bom como os que podem alcançar ao trabalharem em conjunto, porque se por um lado a sociedade civil tem o poder, a facilidade de chegar perto dos civis e fazer um trabalho de sensibilização, os atores políticos podem fazer pressão e lutar pela igualdade de direito e de oportunidade na Assembleia Nacional.

Tendo em conta que a percentagem de mulheres na política está a crescer a um ritmo lento, a sociedade civil e as mulheres parlamentares estão a trabalhar para uma nova meta, garantir que o número de mulheres e de homens no parlamento seja paritário. A Lei da Paridade, 50-50, parece ser agora a única solução e a mais eficiente para que haja equilíbrio de género na política.

A conclusão que se retira deste estudo de caso é de que os homens ainda não têm a mesma imagem que as mulheres face à sub-representação das mulheres na política. Por um lado, as mulheres acreditam que não têm igual oportunidade comparativamente aos homens, sendo-lhes atribuídos, preferencialmente, lugares nos órgãos legislativos e

executivos de menor relevância. Por outro lado, os homens acreditam que atualmente já não é esse o cenário, que nem os partidos, nem os governos colocam as mulheres nas listas ou em cargos legislativos e executivos só para cumprir com os compromissos internacionais.

Mas, de certo modo, é de notar que já começa a haver mudanças em Cabo Verde. As eleições legislativas de 2016 ficaram marcadas pela candidatura de uma mulher, algo que aconteceu pela primeira vez no país. Janira Hopffer Almada torna-se em uma figura de destaque, pois além de ser a primeira mulher a candidatar-se às legislativas, é também a primeira mulher líder partidária, representando o PAICV. Apesar da derrota da líder do PAICV, eleições, tendo em conta o estudo de caso realizado, mostraram que os cidadãos cabo-verdianos ainda não se encontram, de todo, preparados para ter uma mulher a governar o país.

As causas apontadas para a derrota de Janira Hopffer Almada nestas eleições legislativas de 2016 são muitas. Notou-se que há quem considera que o fator género esteve na base dessa derrota, não estando a sociedade cabo-verdiana preparada para ter uma mulher a governar o país e os homens ainda não se sentem à vontade para partilhar o poder de igual modo com as mulheres. A questão partidária, para alguns, também mostrou estar na base dessa derrota, pois o eleitorado não tomou tanto em conta o fator género, centrando-se na ideologia que cada partido defendia e não nos dos candidatos. A estas causas alia-se também a prestação e os comentários que a líder do PAICV proferiu quando ainda era ministra e que o MpD soube aproveitar durante a campanha.

Cabo Verde, apesar de ser apontada como um dos exemplos de democracia em África, mostra que a sua democracia apresenta fragilidades, principalmente na equidade de género no universo político, onde não só mostra uma grande discrepância numérica, como também mostra que o seu mundo político ainda não consegue oferecer igual oportunidade para ambos os sexos, não só no parlamento, mas a nível autárquico e do executivo, tal como muitos outros países do mundo que continuam com disparidade de género na política.

Referências

- Agbalajobi, D. T. (Fev de 2010). Women's participation and the political process in Nigeria: Problems and prospects. *African Journal of Political Science and International Relations*, 4(2), 75-82.
- Baker, B. (Dezembro de 2006). Cape Verde: The Most Democratic Nation in Africa? *The Journal of Modern African Studies*, 44(4), 493-511.
- Bauer, G., & Okpotor, F. (2013). "Her Excellency": an exploratory overview of women cabinet ministers in Africa. (I. U. Press, Ed.) *Africa Today*, 60(1), pp. 76-97.
- Bishaw, A. (Fev de 2014). The impact of education on rural women's participation in political and economic activities. *International Journal of Educational Administration and Policy Studies*, 6(2), 23-31.
- Burnett, P., Karmali, S., & Manji, F. (2007). *Grace, Tenacity and Eloquence: the struggle for women rights in Africa*. Nairobi: Fahamu – Networks for Social Justice.
- Camacho, E. B. (2010). *A participação das mulheres na política em Cabo Verde: 1975 – 2006, Dissertação de Licenciatura em História*. Praia: UNICV.
- Canas, V. (1998). *Democracia com mais cidadania : a questão da igualdade de participação política*. Lisboa: Imprensa Nacional-Casa da Moeda.
- Constituição da República de Cabo Verde. (2012). *2ª Revisão Ordinária-2010*. Praia: Presidência da República.
- Costa, S. (18 de Ago de 2010). Do Falocentrismo estéril: Mulheres e Participação Política em Cabo Verde. *Jornal a Semana*.
- Costa, S. (2011). Mulheres e Participação Política no Cabo Verde Democrático. Em C. Fonseca, & C. F. (Org.), *As Mulheres em Cabo Verde: Experiências e Perspectivas*. Praia: Edições UNICV.
- Duarte, A. (2012). *Direitos das mulheres e Políticas Públicas em Cabo Verde (1991-2011): análise a partir do plano nacional de igualdade e equidade de género, Dissertação de mestrado em Serviço Social*. Coimbra: ISMT.
- Évora, R. (2004). *Cabo-Verde: abertura política e a transição para a democracia*. Praia: Spleen Editora.
- Évora, R. (2009). *Poder Legislativo no Regime Democrático em Cabo Verde*. Brasília: Instituto de ciências sociais, Universidade de Brasília.
- Fonseca, J. (1998). Partidos Políticos e a Sociedade Civil. *Revista Direito e Cidadania*, 3.
- Geisler, G. (Out de 1995). Troubled Sisterhood: Women and Politics in Southern Africa: Case Studies from Zambia, Zimbabwe and Botswana. *African Affairs*, 94(377), pp. 545-578.
- Giugni, M., McAdam, D., & Tilly, C. (1999). *How social movements matter*. Minneapolis: University of Minnesota Press.
- Godwin, I. (Ago de 2013). The need for participation of women in local governance: a Nigerian discourse. *International Journal of Educational Administration and Policy Studies*, 5(4), 59-66.
- Goetz, A. M. (1998). Uganda, Women in politics & gender equity in policy: South Africa & Uganda. *Review of African Political Economy*, 25(76), 241-262.
- Gomes, C. (2011). *A Mulher e o Poder: O caso de Cabo-Verde*. Praia: IBNL.
- Gomes, S. (2006). O texto literário de autoria feminina escreve e inscreve a mulher e(m) Cabo Verde. Em I. Mata, & L. Padilha, *A Mulher em África. Vozes de uma*

- Margem Sempre Presente* (pp. 535-538). Lisboa: Edições Colibri/Centro de Estudos Africanos-FLUL.
- Governo de Cabo Verde e Ministério das Finanças e do Planeamento. (2015). *Relatório Objectivo do Milénio para o Desenvolvimento Cabo Verde 2015*. Governo de Cabo Verde e Ministério das Finanças e do Planeamento, Praia.
- Hilde, C., & Bolzendahl, C. (Jul de 22 de 2010). Gender Gaps in Political Participation Across Sub-Saharan African Nations. *Springer*, pp. 245-264.
- Hughes, M., & Tripp, A. M. (Jun de 2015). Civil War and Trajectories of Change in Women's Political Representation in Africa, 1985–2010. *Social Force*, 93(4), 1513-1539.
- Huntington, S. (1991). *The Third Wave. Democratization in the Late Twentieth Century*. Norway and London: University of Oklahoma Press.
- International IDEA. (2005). *Women in Parliament: beyond numbers*. Stockholm: International IDEA.
- International IDEA. (2013). *Political Parties in Africa through a Gender Lens*. Stockholm: International IDEA.
- Ipadeola, A. P. (2017). The Subaltern in Africa's Political Space: african political philosophy and the mirror of gender. *Journal of Black Studies*, 48(4), pp. 391–407.
- Kabeer, N. (Mar de 2005). Gender equality and women's empowerment: A critical analysis of the third millennium development goal. *Gender Development*, 13(1), pp. 13-24.
- Krook, M. L. (2009). *Quotas for Women in Politics: gender and candidate selection reform worldwide*. New York: Oxford University Press, Inc.
- Lindberg, S. I. (2006). *Democracy and elections in Africa*. Baltimore: The Johns Hopkins University Press.
- Lopes, A. (2014). *A Participação Política Feminina em Cabo-Verde: o caso do parlamento de 1975-2011, Licenciatura em Ciência Política e Relações Internacionais*. Mindelo: Universidade de Mindelo.
- Lopes, A. (Jan-Jul de 2014). A problemática da participação das mulheres na política: o caso do parlamento cabo-verdiano. *Latuna*, 1(1), pp. 33-46.
- Lopes, A. V. (2013). *A problemática da participação das mulheres nos Órgãos de poder político: o caso do Parlamento Cabo-Verdiano, Dissertação de mestrado em Ciência Política*. Lisboa: ISCTE.
- Lovenduski, J., & Norris, P. (1993). *Gender and party politics*. London: Sage.
- Martins, M. (2010). *Cidadania e Participação Política. Temas e Perspectivas De Análise*. Instituto Superior de Ciências Sociais e Políticas.
- Martins, M., & Teixeira, C. P. (2009). *O funcionamento dos Partidos e a participação das mulheres na vida política e partidária em Portugal*. Lisboa: Comissão para a Igualdade e para os Direitos das Mulheres.
- Matland, R. (2005). Enhancing Women's Political Participation: Legislative Recruitment and Electoral Systems. Em I. IDEA, *Women in Parliament: Beyond Numbers*. Stockholm: International IDEA.
- Mejiuni, O. (2013). *Women and Power*. Senegal: CODESRIA.
- Monteiro, E. F. (2008). Mulheres, democracia e Representação Política. Em T. Cunha , & C. Santos , *Mulheres, democracia e Representação Política*. Lisboa: Rainha e Neves, Lda- Santa Maria da Feira.

- Monteiro, E. f. (2009). *Mulheres, democracia e desafios pós-coloniais uma análise da participação política das mulheres em Cabo Verde*. Praia: Edições Uni-CV.
- Musa, R., Mohammed, F. J., & Manji, F. (2006). *Breathing life into the african union protocol on women's rights in Africa*. Nairobi: Solidarity for African Women's Rights.
- Olufunke, A. J. (Jan de 2013). Violence and women participation in politics: A case study of Ekiti State, Nigeria. *Internacional Journal of Sociology and Antropology*, 5(1), 26-34.
- Onésimo, S. (2005). *A democracia em Cabo-Verde*. Lisboa: Edições Colibri.
- OSCE/ODIHR. (2014). *Handbook on Promoting Women's Participation in Political Parties*. Warsaw: OSCE/ODIHR.
- PAIGC. (1974). *Sobre a situação política em Cabo Verde*. Lisboa: Livraria Sá da Costa Editora.
- Paxton, P., & Kunovich, S. (Set de 2003). Women's Political Representation: the importance of ideology. *Social Forces*, 82(1), 87-114.
- Pires, A. (2015). *2016 – O Ano de Todas as Eleições em Cabo Verde, Licenciatura em Ciências Políticas e Relações Internacionais*. Mindelo: Universidade de Mindelo.
- Pitkin, H. (1967). *The Concept of Representation*. Berkeley, Los Angels and London: University of California Press.
- Safa, H. (Set de 1990). Wmen's Social Moviments in Latin America. *Gender anda Society*, 4(3), 354-369.
- Sanches, E. (2 de Dez de 2010). Institucionalização dos Sistemas Partidários na África Lusófona – O caso cabo-verdiano. *Caderno de Estudos Africanos*, pp. 111-138.
- Sarmiento, C., & Costa, S. (2013). *Entre África e Europa, Nação, Estado e Democracia em Cabo Verde*. Coimbra: Almedina.
- Sawer, M., Tremblay, M., & Trimble, L. (2006). *Representing Women in Parliament: a comparative study*. New York: Routledge.
- Shvedova, N. (2005). Obstacles to Women's Participation in Parliament. Em I. IDEA, *Women in Parliaments: Beyond Numbers*. Stockholm: International IDEA.
- Staggenborg, S. (1998). *Gender, family, and social movements*. Thousand Oaks: Pine Forge Press.
- Tabak, F., & Toscano, M. (1982). *Mulher e política*. Rio de Janeiro: Paz e Terra.
- Tripp, A. M. (Jul de 2001). The New Political Activism in Africa. *Journal of Democracy*, 12(3), 141-155.
- Tripp, A. M. (2016). Women's mobilisation for legislative political. *Review of African Political Economy*, 43(149), 382-399.
- Tripp, A. M., & Kwesiga, J. C. (2002). *The women's movement in Uganda: history, challenges, and prospects*. Kampala: Fountain Publishers.
- Viegas, J., & Faria, S. (Jun de 1999). Participação política feminina : percursos, constrangimentos e incentivos. *Sociologia: problemas e práticas*, 30, 55-87.
- Viegas, J., & Faria, S. (2001). *As Mulheres na Política*. Oeiras: Celta Editora.
- Wangnerud, L. (Jun de 2009). Women in Parliaments: Descriptive and Substantive Representation. *Annual Review of Political Science*, 12, 51-69.
- Yoon, M. Y. (3 de Ago de 2004). Explaining Women's Legislative Representation in Sub-Saharan Africa. *Legislative Studies Quarterly*, XXIX, 447-468.

Anexo

Anexo 1: Lista de Entrevistados

Nº	Nome	Partido	Sociedade Civil	Data de Contacto	Data da Entrevista	Local
1	Graça Sanches	PAICV	--	29-09-16	16-01-17	Praia, Cabo Verde
2	Vanilda Furtado	--	ONU Mulheres - CV	16-01-17	16-01-17	Praia, Cabo Verde
3	Filomena Delgado	MpD	--	11-01-17	18-01-17	Praia, Cabo Verde
4	Joanilda Alves	PAICV	--	16-01-17	23-01-17	Praia, Cabo Verde
5	Lúcia Passos	MpD	--	16-01-17	26-01-17	Praia, Cabo Verde
6	Vera Almeida	PAICV	--	16-01-17	26-01-17	Praia, Cabo Verde
7	Anilda Tavares	MpD	--	16-01-17	26-01-17	Praia, Cabo Verde
8	Vicenta Fernandes	--	Associação Cabo-verdiana na Luta contra a Violência Baseada no Género	02-02-17	30-01-17	Praia, Cabo Verde
9	Austelino Correia	MpD	--	23-01-17	30-01-17	Praia, Cabo Verde
10	Paula Moeda	PAICV	--	23-01-17	02-02-17	Praia, Cabo Verde
11	Milton Paiva	MpD	Associação Lenço Branco	16-01-17	02-02-17	Praia, Cabo Verde
12	Dália Benholiel	PAICV	--	17-01-17	02-02-17	Praia, Cabo Verde
13	Janira Hopffer Almada	PAICV	--	12-11-17	03-02-17	Praia, Cabo Verde
14	Francisco Graça	MpD	--	01-05-17	09-05-17	Lisboa, Portugal

Anexo 2: Eleições Presidenciais Multipartidária em Cabo Verde (1991-2016)⁴¹

Data	Candidatos	Nº de votos	% de votos		
Fevereiro 1991	António Mascarenhas Monteiro (MpD)	70,582	73.24%		
	Aristides Pereira (PAICV)	25,722	26.71%		
Fevereiro 1996	António Mascarenhas Monteiro *	--	80.1%	Segunda volta	
Fevereiro 2001	Pedro Pires (PAICV)	61,646	46.52%	75,827	50.0%
	Carlos Veiga (MpD)	60,719	45.83%	75,815	50.0%
	Jorge Carlos Fonseca	5,142	3.88%	--	--
	David Hopffer Almada	4,489	3.77%	--	--
Fevereiro 2006	Pedro Pires (PAICV)	86,583	50.98%		
	Carlos Veiga (MpD)	83,241	49.02%		

⁴¹ Elaboração própria. Dados recolhidos da base de dados *African Elections Database*, "Elections in Cape Verde", consultado no dia 06 de maio de 2017.

Agosto 2011	Jorge Carlos Fonseca (MpD)	60,887	37.79%	97,735	54.26%
	Manuel Inocêncio Sousa (PAICV)	52,612	32.66%	82,379	45.74%
	Aristides Lima	44,648	27.71%	--	--
	Joaquim Monteiro	2,958	1.84%	--	--
Outubro 2016 ⁴²	Jorge Carlos Fonseca (MpD)	93,010	74.09%		
	Albertino da Graça	28,256	22.51%		
	Joaquim Monteiro	4,278	3.77%		

* o candidato contou com o apoio do MpD e do PAICV. Não houve mais candidatos na corrida.

Anexo 31: Eleições Legislativas em Cabo Verde

Data	Partido / Coligação	Nº de votos	% de votos	Nº de assentos (79)
Janeiro 1991	Movimento para a Independência (MpD)	78,454	66.41%	56
	Partido Africano para a Independência de Cabo Verde (PAICV)	39,249	33.59%	23
Dezembro 1995	Movimento para a Independência (MpD)	93,249	61.30%	50
	Partido Africano para a Independência de Cabo Verde (PAICV)	45,263	29.75%	21
	Partido para a Convergência Democrática (PCD)	10,211	6.71%	1
	União Cabo-Verdiana Independente e Democrática (UCID)	2,369	1.56%	--
	Partido Social Democrata (PSD)	1,030	0.68%	--
Janeiro 2001	Partido Africano para a Independência de Cabo Verde (PAICV)	67,860	49.50%	40
	Movimento para a Independência (MpD)	55,586	40.55%	30
	Aliança Democrática para a Mudança (ADM)	8,389	6.12%	2
	Partido da Renovação Democrática (PDR)	4,630	3.38%	--
	Partido Social Democrata (PSD)	620	0.45%	--
2006	Partido Africano para a Independência de Cabo Verde (PAICV)	88,965	52.28%	41
	Movimento para a Independência (MpD)	74,909	44.02%	29
	União Cabo-Verdiana Independente e Democrática (UCID)	4,495	2.64%	2
	Partido da Renovação Democrática (PDR)	1,097	0.64%	--
	Partido Social Democrata (PSD)	702	0.41%	--
2011	Partido Africano para a Independência de Cabo Verde (PAICV)	117,967	52.68%	38
	Movimento para a Independência (MpD)	94,674	42.27%	32
	União Cabo-Verdiana Independente e Democrática (UCID)	9,842	4.39%	2
	Partido do Trabalho e da Solidariedade (PTS)	1,040	0.46%	--
	Partido Social Democrata (PSD)	429	0.19%	--
2016	Movimento para a Independência (MpD)	122,881	53.58%	40
	Partido Africano para a Independência de Cabo Verde (PAICV)	86,78	37.53%	29
	União Cabo-Verdiana Independente e Democrática (UCID)	15,488	6.75%	3

⁴² Dados recolhidos da Direção Geral de Apoio ao Processo Eleitoral (DGAPE), “Boletim Oficial 1 n° 58”, consultado no dia 06 de maio de 2017.

	Partido Popular (PP)	777	0,34%	--
	Partido do Trabalho e da Solidariedade (PTS)	232	0,10%	--
	Partido Social Democrata (PSD)	107	0,5%	--

Anexo 4: Mulheres no parlamento de 1991-2016

Legislativas	Partidos Políticos	Nº de deputadas eleitas	Total de mandatos	% de eleitas
1991	MpD	2	56	5,4%
	PAICV	1	23	0,0%
	Total Nacional	3	79	3,8%
1995	MpD	7	50	14,0%
	PAICV	1	21	4,8%
	PCD	0	1	0,0%
	PSD	0	0	0,0%
	UCID	0	0	0,0%
	Total Nacional	8	72	11,1%
2001	PAICV	5	40	12,5%
	MpD	3	30	10,0%
	ADM	0	2	0,0%
	PSD	0	0	0,0%
	PRD	0	0	0,0%
	Total Nacional	8	72	11,1%
2006	PAICV	7	41	17,1%
	MpD	4	29	13,8%
	UCID	0	2	0,0%
	PSD	0	0	0,0%
	PRD	0	0	0,0%
	Total Nacional	11	72	15,3%
2011	PAICV	7	38	18,4%
	MPD	8	32	25%
	UCID	0	2	0,0%
	PTS	0	0	0,0%
	PSD	0	0	0,0%
	Total Nacional	15	72	20,8%
2016	MpD	9	40	22,5%
	PAICV	7	29	24,1%
	UCID	1	3	33%
	PTS	0	0	0,0%
	PSD	0	0	0,0%
	Total Nacional	17	72	23,6%

Anexo 5: Composição da Mesa da Assembleia Nacional para a IX Legislatura⁴³

Deputado	Sexo	Partido	Cargo
Jorge dos Santos	Homem	MpD	Presidente

⁴³ Elaboração própria com base nas informações apresentadas na página oficial do Parlamento de Cabo Verde.

Austelino Correia	Homem	MpD	Vice-Presidente
Eva Ortet	Mulher	PAICV	Vice-Presidente
Miguel Monteiro	Homem	MpD	Secretário
Américo Nascimento	Homem	PAICV	Secretário
Mircéia Delgado	Mulher	MpD	Secretária

Anexo 6: Composição da Direção do Grupo parlamentar da IX Legislatura - MpD e PAICV

MpD		PAICV	
Deputado por Sexo	Cargo	Deputado por Sexo	Cargo
Homem	Presidente	Mulher	Presidente
Homem	Vice-Presidente	Homem	Vice-Presidente
Homem	Vice-Presidente	Homem	Vice-Presidente
Mulher	Vice-Presidente	Homem	Vice-Presidente
homem	Vice-Presidente	Mulher	Vice-Presidente

Cronografia dos Presidentes da ASSEMBLEIA NACIONAL



Anexo 7

Anexo 8: Composição da Comissão Permanente para a IX Legislatura

Deputado	Sexo	Partido	Cargo
Jorge dos Santos	Homem	MpD	Presidente
Austelino Correia	Homem	MpD	Vice-Presidente
Eva Ortet	Mulher	PAICV	Vice-Presidente
Miguel Monteiro	Homem	MpD	Secretário
Américo Nascimento	Homem	PAICV	Secretário
Mircéia Delgado	Mulher	MpD	Secretária
Rui Soares	Homem	MpD	Representante do Grupo Parlamentar do MpD
Rui Semedo	Homem	PAICV	Representante do Grupo Parlamentar do PAICV
João Luís	Homem	UCID	Representante do Grupo Parlamentar do UCID

Anexo 9: Listas de outros contactados para a entrevista

Nº	Nome	Partido	Sociedade Civil	Data de Contacto
1	José Maria Neves	PAICV	--	29-12-16
2	Hermínia Curado	PAICV	--	11-01-17
3	Clóvis Silva	PAICV	Associação Lenço Branco	16-01-17
4	Nilda Fernandes	PAICV	--	16-01-17
5	Filomena Gonçalves	MpD	--	23-01-17
6	Mirceia Delgado	MpD	--	23-01-17
7	Celita Pereira	MpD	--	23-01-17
8	Rosa Joana	MpD	--	23-01-17
9	Miguel Monteiro	MpD	--	23-01-17
10	Luís Carlos Silva	MpD	--	23-01-17
11	Isa Costa	MpD		24-01-17
12	Paula Santos	PAICV	--	24-01-17
13	Georgina Gimiê	PAICV	--	24-01-17
14	Dora Oriana dos Reis	UCID	--	01-02-17

Guião de Entrevista Geral⁴⁴

Nome:

Sexo:

Data de Nascimento:

Profissão:

Escolaridade:

Partido Político:

1. Quando começou o seu percurso político?
2. Qual a sua grande referência política?
3. Porque motivo escolheu o partido?
4. Como descreveria o seu percurso na política, desde o momento em que tomou a decisão de participar até chegar no cargo onde ocupa presentemente?

⁴⁴ Este foi o guião para as entrevistas com as duas representantes da sociedade civil, sendo que as perguntas de 1 a 6 não foram a elas dirigidas, tendo sido acrescentado no momento perguntas sobre o papel da sociedade civil na promoção e integração das mulheres na política.

5. Que cargos políticos desempenhou até ao momento? Seja no partido ou não.
6. Como vê a participação das mulheres nos espaços de poder e tomada de decisão em Cabo-Verde?
7. Pensa que o número de mulheres nos altos cargos institucionais é suficiente atendo ao papel das mulheres nas outras esferas? Nota-se que em Cabo-Verde há uma maior percentagem de mulheres por exemplo na administração pública e no mundo empresarial que contam com 35% de proporção feminina ou na comunicação social que essa proporção chega aos 36%.
8. Porquê que as mulheres estão sub-representadas nas instâncias dos poderes institucionais? Por exemplo, de momento temos 23,6% de mulheres no parlamento, no Governo contamos com 25% e nas autarquias não contamos com nenhuma mulher presidente da Câmara.
9. Quais as medidas mais eficazes, na sua opinião, para aumentar a participação das mulheres na política?
10. Acha que medidas de discriminação feminina positiva deveriam ser implementadas de modo a aumentar a participação das mulheres? Como as quotas. Acredita que a adoção das quotas influencia pela positiva a participação política das mulheres no país?
11. Em que medida pode esta candidatura de Janira Almada Hopffer Almada vir a modificar as perceções que as mulheres têm da política?
12. Para si, o contributo das mulheres na política é semelhante ao que é dado pelos homens?
13. Acredita que as mulheres estão tão capacitadas quantos os homens para ocupar os altos cargos de tomadas de decisões políticas?
14. Porquê que em mais de 20 anos de democracia multipartidária 2016 foi o primeiro ano em que houve uma mulher a se candidatar para o cargo de Primeiro-Ministro?

- 15. Acha que os partidos colocam as mulheres na lista principalmente por causa do compromisso que o partido assumiu perante a sociedade e outras organizações internacionais?**
- 16. Considerando as medidas já existentes para a promoção e integração das mulheres neste meio, qual a sua opinião sobre as mesmas?**
- 17. Acredita serem suficientes?**
- 18. Que medidas sugere?**
- 19. Se se criassem mais oportunidades e uma maior promoção junto das mulheres haveria uma maior participação das mulheres nos processos eleitorais e políticos?**
- 20. Uma maior percentagem de mulheres nos altos cargos aumentará a participação e o envolvimento das mulheres nos processos políticos?**

Guião de Entrevista para Janira Hopffer Almada

Nome:

Sexo:

Data de Nascimento:

Profissão:

Escolaridade:

Partido Político:

- 1. Qual a sua grande referência política?**
- 2. Porque motivo escolheu o partido?**
- 3. Como descreveria o seu percurso na política, desde o momento em que tomou a decisão de participar até chegar no cargo onde ocupa presentemente?**
- 4. Que cargos políticos desempenhou até ao momento? Seja no partido ou não.**
- 5. Como vê a participação das mulheres nos espaços de poder e tomada de decisão em Cabo-Verde?**
- 6. Acredita que depois destas últimas Eleições Legislativas a haverá mais avanço no país no que toca à participação das mulheres na política?**
- 7. O que a levou a querer se candidatar para a liderança do partido?**

8. **Quais as dificuldades mais marcantes para si nestas últimas Eleições Legislativas?**
9. **Como descreveria a receção do povo Cabo-Verdiano à sua candidatura?**
10. **Pensa que o número de mulheres nos altos cargos institucionais é suficiente atendo ao papel das mulheres nas outras esferas? (Nota-se que em Cabo-Verde há uma maior percentagem de mulheres por exemplo no comércio, na esfera doméstica etc.).**
11. **Porquê que as mulheres estão sub-representadas nas instâncias dos poderes institucionais?**
12. **Quais as medidas mais eficazes, na sua opinião, para aumentar a participação das mulheres na política?**
13. **Acha que medidas de discriminação feminina positiva deveriam ser implementadas de modo a aumentar a participação das mulheres? Como as quotas. Acredita que a adoção das quotas influencia pela positiva a participação política das mulheres no país?**
14. **Em que medida pode esta sua candidatura pode vir a modificar as perceções que as mulheres têm da política?**
15. **Para si, o contributo das mulheres na política é semelhante ao que é dado pelos homens?**
16. **Acredita que as mulheres estão tão capacitadas quantos os homens para ocupar os altos cargos de tomadas de decisões políticas?**
17. **Porquê que em XX anos de democracia 2016 foi o primeiro ano em que houve uma mulher a se candidatar para o cargo de Primeiro-Ministro?**
18. **Como descreveria o seu percurso, enquanto mulher, dentro do partido?**
19. **Considerando as medidas já existentes para a promoção e integração das mulheres neste meio, qual a sua opinião sobre as mesmas?**
20. **Se se criassem mais oportunidades e uma maior promoção junto das mulheres haveria uma maior participação das mulheres nos processos eleitorais e políticos?**
21. **Uma maior percentagem de mulheres nos altos cargos aumentará a participação e o envolvimento das mulheres nos processos políticos?**